

-----ATA N.º 3 DE 29 DE ABRIL -----

-----Aos vinte e nove dias de abril, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 – Proposta n.º 8/CM/2024 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2023, do Município de Torres Vedras;-----

-----2 – Proposta n.º 9/CM/2024 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2023, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

-----3 - Proposta n.º 10/CM/2024 - Discussão e votação da 2.ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras; -----

-----4 - Proposta n.º 11/CM/2024 – Discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2024; -----

-----5 - Proposta n.º 12/CM/2024 – Discussão e votação da proposta de alteração à Estrutura Orgânica e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----6 - Proposta n.º 13/CM/2024 – Declaração de Investimento de Interesse Municipal e aceitação do benefício fiscal de redução em sede IMI requerida pelas empresas Metalloweste, Investimentos e Construção Civil Lda e Cidade Hermética, Lda.;-----

-----7 - Proposta n.º 5/AM/2024 - Apreciação do Relatório Anual de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras; -----

-----8 - Proposta n.º 6/AM/2024 – Apreciação dos Relatórios de Atividades de 2023;-----

-----8.1 – Proposta n.º 7/AM/2024 - Representantes da Assembleia Municipal em diferentes entidades; -----

-----8.2 – Proposta n.º 8/AM/2024 - Comissão Permanente de Economia e Demografia;-----

-----8.3 - Proposta n.º 9/AM/2024 - Comissão Permanente de Saúde;-----

-----8.4 – Proposta n.º 10/AM/2024 - Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente; -----

-----8.5 – Proposta n.º 11/AM/2024 - Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território; -----

-----9 - Proposta n.º 12/AM/2024 - Informação das comissões;

-----10 – Proposta n.º 13/AM/2024 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----
Informação sobre competências delegadas: -----

-----10.1 - Proposta n.º 14/AM/2024 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----10.2 - Proposta n.º 15/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 11 - Proposta n.º 16/AM/2024 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves Rui, José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Marco António Figueiredo Branco, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus Tomás Elias em substituição de (António Joaquim Espírito Santo), António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Paulo Dinis Faustino Valentim (em substituição de Sónia Alexandra Ferreira Patricio) e Vitor Manuel Mendes (em substituição de Tomás Horta Lourenço).-----

-----Faltaram os membros António Augusto Ferreira dos Anjos e Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos. ----

-----O **presidente da Mesa** saudou todos os presentes e expressou um agradecimento especial aos cerca de 35 alunos da disciplina “Cidadania e Profissionalidade” que integram as 2 turmas do curso de Educação e Formação de adultos da Escola Secundária Henriques Nogueira, e às professoras Isabel Pereira e Graça Amaro que os brindam com a sua presença, manifestando a disponibilidade da Assembleia Municipal no que possam esclarecer e ajudar.-----

-----De seguida também expressou em nome de toda a assembleia municipal, um agradecimento especial e sentido pelas celebrações do 25 de Abril, que vão decorrendo no concelho, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Torres Vedras, dos Serviços Municipalizados, da

Promotorres e das Juntas de Freguesias, porque sem o trabalho de todos eles as comemorações desta data tão importante e tão marcante para a vida social do concelho e do país, como é o 25 de Abril, muitos dos eventos em que têm participado e os que ainda se realizarão inseridos no programa comemorativo, não teriam o brilhantismo que têm tido.-----

-----Também referiu que em sede da Comissão Permanente de Líderes, foi aprovada por unanimidade e sob proposta da Comissão Permanente de Economia e Demografia, a realização de uma sessão temática da assembleia municipal sobre “Empresas e Emprego em Torres Vedras”, que se realizará no dia 23 de maio, às 21 horas neste auditório, aberta a toda a população, que terá como oradores o representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Torres Vedras, o presidente do CAERO e o presidente da ACIRO, ou seja, de entidades diretamente envolvidas com o emprego e com as empresas no concelho.-----

-----De seguida deu as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos e abriu o **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido apenas uma inscrição:-----

MOBILIDADE ATIVA, INCLUSIVA E SEM RISCOS:-----

-----O cidadão **Daniel Ferreira** começou por enquadrar a sua intervenção dando conhecimento ao plenário que na passada 6.ª feira, o seu filho foi atropelado quando contornava a rotunda do Cenfim conduzindo uma trotinete na ciclovia e que apesar de aparente pouca gravidade, sofreu pequenas escoriações, e um certo trauma que perdurará. Teve sorte pois não foi necessária ajuda médica, contudo deixou o registo que no ano 2022 houve 33 atropelamentos em Torres Vedras que tiveram intervenção dos bombeiros e este ano já houve vários casos de atropelamentos na cidade, alguns com bastante gravidade, ou seja, não tiveram tanta sorte.-----

-----Acrescentou que a falta de percursos ciclopedonais diretos e seguros, o mau funcionamento e custo elevado do transporte público, levam a que o carro seja o principal meio de transporte em detrimento de todas as outras formas de mobilidade, resultando num aumento de trânsito e maior risco rodoviário.-----

-----Reforçou que há ruas que não têm passeios nem passadeiras ou estes estão permanentemente ocupados com estacionamento ilegal, dando como exemplo a Rua Henriques Nogueira junto às escolas, a Avenida General Humberto Delgado junto à Física, ou a Rua Ricardo Belo junto à entrada do Hospital, a rede de ciclovias não serve a cidade toda nem chega às escolas todas, e as que existem são usadas para largada e tomada de alunos. Também há zonas e percursos escolares sem paragens de autocarro abrigadas, ficando os passageiros à chuva, e há um aumento generalizado de comportamentos de risco, nomeadamente excesso de velocidade, manobras perigosas e desrespeito generalizado pelo espaço do peão e da bicicleta que passam impunes.-----

-----Fez notar que a recomendação técnica da ANSR, é da aplicação de uma "Visão Zero" cuja premissa é "nenhuma vida perdida no trânsito é aceitável".-----

-----Frisou que a redução do risco passa pela introdução de medidas não avulsas, mas integradas num programa completo de proteção do peão e demais utilizadores do espaço público, incentivo a modos alternativos, e da redução do uso do automóvel, para o qual são precisas leis de trânsito rodoviárias amigas do peão, com limite de velocidade a 30 km/h nas localidades e ruas com pessoas, e percursos pedonais seguros livres de estacionamento, nomeadamente nas envolventes escolares. Por sua vez a utilização das bicicletas nas deslocações diárias não lúdicas, requer a construção de ciclovias largas, contínuas e com cruzamentos seguros ligando toda a cidade, bairros e aldeias limítrofes e mais estacionamento de bicicletas, em particular nas escolas, jardins e zonas comerciais.-----

-----Prosseguiu referindo que o incentivo ao uso do transporte público exige melhores condições, com mais e melhores abrigos, informação atualizada e visível, uma vez que à data de 29 maio de 2024, em todo o concelho não há uma única paragem de autocarro que tenha qualquer horário afixado, bem como preços competitivos, pois é mais caro o passe do TUT que uma avença mensal de estacionamento num parque da cidade.-----

-----Finalmente, disse que rever o modelo de estacionamento na cidade, e reforçar a fiscalização sobre o estacionamento ilegal pelas autoridades administrativas e sobre as contraordenações rodoviárias pelas autoridades policiais, procurando combater a impunidade e reduzir o risco rodoviário, é fundamental.-----

-----Concluindo, fez notar que seguir a recomendação técnica é uma decisão política e cabe aos políticos decidir quantas vidas perdidas no trânsito é aceitável, até se começar a agir.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CORRESPONDÊNCIA:-----

DOCUMENTO 1:-----

SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

-----E-mail de Renato Monteiro, de 18 de abril, a solicitar nos termos legais, por motivos pessoais a suspensão ao mandato por um período de 90 dias, a contar da data do fim da suspensão (25/04/2024) em curso, por Marco António Figueiredo Branco, que se encontrava presente, tendo sido convocado ao abrigo do n.º 4 do art.º 76. da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua atual redação. --

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail de Sónia Alexandra Ferreira Patrício, de 28/04/2024, a informar que não poderá estar presente nesta sessão, pedindo a sua substituição.-----

-----Nos termos legais previstos foi convocado e encontra-se presente Paulo Dinis Faustino Valentim.-----

DOCUMENTO 3: -----

-----E-mail de Tomás Horta Lourenço, de 29 de abril, a solicitar a sua substituição na sessão, uma vez que por necessidades académicas imperiosas, não poderá estra presente, -----

-----Nos termos legais previstos foi convocado e encontra-se presente Vitor Manuel Mendes.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: -----

DOCUMENTO 4: -----

-----Carta de António Ferreira dos Anjos, de 29 de abril, a informar que por motivos de saúde, não poderá estar presente na reunião. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO Nº 1 DA ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 5: -----

-----E-mail do Presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, António Joaquim do Espírito Santo, a informar que não poderá estar presente nesta sessão, devido a ausência no estrangeiro, sendo substituído pelo secretário da junta, João de Deus Tomás Elias. -----

-----A Assembleia Municipal apreciou o pedido de suspensão e tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

AMBIENTE – RIOS E LINHAS DE ÁGUA: -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* iniciou a sua intervenção assinalando que um simples passeio pelos trilhos que ladeiam os rios do concelho, com o intuito de desfrutar das suas belezas, leva-os a ficarem perturbados pelo abandono a que os mesmos estão votados e, conseqüentemente, leva-os a refletir sobre o meio ambiente e sobre a forma como está a ser tratado ou melhor dizendo sobre a forma como está a ser degradado. -----

-----Lamentou que no caso dos rios e das linhas de água do concelho, -se deparem na generalidade, para não dizer na totalidade, com autênticos muros de canavial, que impede a sua fruição e denotam um estado de abandono e desleixo, pelo que a sua limpeza nas épocas apropriadas é uma necessidade premente.-----

-----Prosseguiu indicando que não é compreensível e muito menos aceitável que isto se verifique ano após ano, sem que a nível autárquico se proceda à limpeza das margens e à conseqüente despoluição das linhas de água concelho. -----

-----Perante o exposto, considera natural que programas tão importantes como a da reintrodução dos Ruivacos de Oeste continuem, diriam *ad eterno* a aguardar por melhores dias e a agravar toda esta situação acresce ainda a poluição provocada pelos resíduos plásticos provenientes da agricultura, nomeadamente das estufas, que, em última análise, não só poluem as linhas de água

como o mar e as praias, sendo a Praia das Conchas um triste exemplo.-----

----Reforçou que o PCP considera que se tudo isto é preocupante em termos ambientais, não menos importante nem preocupante é aquilo que se passa a nível de ocupação dos solos, onde as culturas tradicionais, nomeadamente cereais, estão hoje praticamente abandonadas e paulatinamente, foram e são substituídas por 2 monoculturas, a da vinha e a do eucalipto. -----

----Por outro lado, constatam uma cada vez maior ocupação dos solos com as culturas em estufa, ao que se sabe hoje, com mais de 5 centenas de hectares de culturas cobertas, com consequências noutras áreas, como, por exemplo, na apicultura, pois a falta de insetos polinizadores já é bem palpável e notória e encontrar num passeio pelos campos uma simples abelha já é quase motivo para festejarem.-----

----Referiu também os danos nos aquíferos do concelho provocados pelo eucalipto.-----

----Por tudo isto e pelo muito mais que poderiam ainda dizer, neste capítulo, entendem que a autarquia terá cada vez mais que definir políticas concretas que defendam e protejam o meio ambiente exortando a Câmara Municipal a fazê-lo com urgência para bem de todos. -----

----Nesta sua primeira intervenção a **presidente da Câmara** endereçou um cumprimento especial ao grupo de jovens das duas turmas presentes e às suas professoras que os acompanham neste exercício de cidadania, manifestando o seu agrado e a disponibilidade para contactar dos eleitos locais do território, sejam deputados municipais, vereadores, autarcas das freguesias assim como dos presidentes de câmara e da assembleia. Lembrou que no início de cada sessão da Assembleia Municipal há um período de intervenção do público onde podem colocar as suas questões ou sugestões. -----

----Relativamente às preocupações de natureza ambiental colocadas pelo deputado, assegurou que de certa forma todos concordam, mas nestas questões tem que se encontrar um ponto de equilíbrio entre aquilo que é a preservação do ambiente, e aquilo que é o desenvolvimento económico e populacional do território. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MULHERES E O 25 DE ABRIL:-----

----Numa pequena intervenção sobre o assunto em título a deputada municipal **Ana Cristina Umbelino** assinalou que passados 50 anos sobre o 25 de Abril de 1974, as mulheres portuguesas têm lutado de forma incansável para conquistar o seu lugar na sociedade civil e também na esfera militar, reivindicando os seus direitos, ampliando as suas oportunidades e desafiando os estereótipos de género instalados.-----

----Acrescentou que têm desempenhado papéis fundamentais em todas as esferas da vida pública, seja na política, na economia, na cultura, na educação ou nas ciências, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e progresso do país, no entanto apesar dos avanços

alcançados, as mulheres ainda enfrentam desafios persistentes, tais como a disparidade salarial, a violência de género e a sub-representação nos cargos de liderança e chefia, pelo que é essencial que continuem a reconhecer e valorizar a importância do 25 de Abril, na luta das mulheres por igualdade e justiça. -----

----- Também disse que se pretende um retrocesso ao ponto de quererem a criação do estatuto da dona de casa, retirando à mulher os direitos conquistados, como exemplo a interrupção voluntária da gravidez, e a procriação medicamente assistida, mas no seu entender o lugar da mulher é onde ela quiser, e a ameaça dos populismos aos direitos das mulheres, não passarão. -----

----- Para terminar deixou um alerta da Amnistia Internacional, sobre violação dos direitos humanos em Portugal, que manifesta preocupação com o elevado e persistente nível de violência doméstica em Portugal, a falta de abrigos para as vítimas que procuram segurança e um aumento de 18 % no número de pessoas sujeitas a tráfico de seres humanos. -----

----- Concluiu afirmando que a luta das mulheres é um processo inacabado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

COMEMORAÇÕES DO 25 de ABRIL DE 2024: -----

----- Antes de iniciar a sua intervenção o *deputado municipal Artur Narciso* dirigiu-se aos jovens estudantes presentes na sessão, pois fica contente quando vê alguém a querer continuar a estudar, porque numa qualquer sociedade é necessário conhecimento, capacidade e atitude, e eles assim demonstram que estão à procura do conhecimento, vão encontrar as suas capacidades e estão ali a provar que têm atitude, pelo que mereciam as suas felicitações. -----

----- Falando do 25 de abril e falando do futuro ao celebrar os 50 anos do 25 de abril em 2024, não estão apenas a recordar um evento histórico, mas sim a celebrar um legado duradouro de democracia em Portugal. -----

----- A revolução dos cravos não apenas os libertou de uma ditadura opressiva, mas também lançou as bases para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, que deve ser cuidada no presente e futuro pois são os pilares para a outra margem onde há liberdade, democracia e pluralismo. -----

----- Fez notar que desde então as conquistas democráticas têm sido em todos os aspetos da vida portuguesa: o acesso ao SNS, que não havia, a expansão do sistema educacional para garantir a educação para todos, a consolidação dos direitos dos trabalhadores e fortalecimento do Estado de Direito. -----

----- Assim, hoje podem falar sem olhar para trás do ombro, sem pensar quem é que vai comentar e até mandar prender, por um comentário qualquer, no entanto, reconhecem que o trabalho está longe de estar concluído, já que a democracia não é o destino final, mas sim um processo contínuo de aprimoramento e luta pelos direitos e liberdades individuais e num mundo em

constante mudança, enfrentam novos desafios que exigem respostas democráticas e inclusivas. --

-----Disse que em Torres Vedras as celebrações do 25 de Abril estendem-se de abril a junho, com diversas iniciativas, que visam honrar o passado enquanto olham para o futuro, que incluem debates, conferências, oficinas, visitas guiadas e muito mais, destacando no dia 24 de abril o espetáculo, “50 anos de Abril - Música de Intervenção Viva, no dia 27 de abril, um concerto comemorativo de enorme qualidade, em São Domingos de Carmões a cargo da Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras e da Camerata Vocal e, antes disso, no dia 13 a Assembleia Municipal de Torres Vedras organizou um excepcional colóquio sobre a “Implantação do Poder Local Democrático em Torres Vedras”, onde foram apresentados vários testemunhos. ---

-----Aproveitou para expressar os seus parabéns à magnífica organização dos eventos que têm decorrido, porque os festejos do 25 de abril assumem um papel ainda mais vital para reafirmar um compromisso com o futuro, pois são uma oportunidade para lembrar o espírito da resistência, determinação que caracterizou aqueles que lutam pela liberdade, e aplicá-la às lutas contemporâneas pela justiça social, direitos humanos e sustentabilidade. -----

-----Pensa que devem aproveitar os festejos do 25 de abril para inspirar uma nova geração de cidadãos comprometidos com os valores democráticos, sendo uma oportunidade para promover o ativismo cívico, incentivar o envolvimento político e fortalecer os laços de solidariedade e empatia dos portugueses e uma ocasião para refletir sobre como podem continuar a aprimorar a democracia, adaptando-a às novas necessidades e desafios do século 21. -----

-----Considera ainda que isto requer não apenas proteger as conquistas já realizadas, mas também inovar e evoluir para enfrentar os desafios, como a digitalização, as mudanças climáticas a globalização e combater as “fake news” e deste modo ao celebrarem os 50 anos de abril, devem renovar o compromisso com os ideais de liberdade, igualdade e justiça que inspirou a “Revolução dos Cravos” e trabalhar juntos para construir um futuro mais democrático, inclusivo e sustentável para todos os portugueses, e devem também pensar que, depois do adeus à ditadura, o que fazer para não voltarem a ter uma ditadura. -----

-----A *deputada municipal* **Maria Manuela Pacheco** interveio no sentido de complementar a informação anterior dando nota que no âmbito das comemorações realizou-se no dia 28 de abril na Encosta de São Vicente, no bairro do Matadouro, um concerto integrado no festival “Bairros - Festival de Artes Cooperativas” a dar voz à liberdade, uma iniciativa do coro “Música sem idade” nascido no projeto do ATV “Somos Comunidade” que desafiou o Cantarte e os Veteravox para um concerto em conjunto. -----

-----Anotou que este coro musical sem idade é composto maioritariamente por residentes nos bairros circundantes ao Centro de Artes e Criatividade que estão a ter novas experiências e vivências na sua idade maior. -----

-----Deu nota que ainda no mês de abril se pode ver no Bairro as histórias que compõem a exposição, “Estendais de histórias” dispersos por 6 lugares na encosta, que permitem compreender o fluir e o evoluir dos tempos, dos territórios e dos indivíduos, que a liberdade permitiu que as histórias pudessem ser contadas e nelas vêm o quanto Portugal mudou.-----

-----Por fim, informou que o dia 25 de abril foi marcado pela inauguração das novas instalações da Junta de Freguesia da Ponte do Rol e requalificação do espaço circundante com a presença de toda a população e a atuação da banda de Ponte do Rol, que será uma efeméride para o resto dos tempos.-----

-----Ainda sobre o 25 de Abril, usou da palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* enfatizando o facto de as celebrações de 50 anos terem um cariz diferente, pelo que representa este marco, e para dar nota quanto foi importante o conjunto de eventos que têm vindo a ocorrer, a começar pelo colóquio realizado pela Assembleia Municipal, com o impulso do seu presidente que saudou, um evento muito interessante a nível dos palestrantes, mas também, muito participativo em termos de público. -----

-----Destacou o concerto do dia 24 de abril também já assinalado, e no dia 25 a sessão solene da Assembleia Municipal que se realizou na Praça 25 de Abril, enaltecendo a escolha do local, pelo seu simbolismo, uma sessão com muita afluência de público, que de certa forma antecipou a manifestação que viram em Lisboa, que foi muito participada por variadíssimas forças políticas e em que as pessoas de forma voluntária exultaram o 25 de abril, e foi certamente a manifestação de 25 de abril mais abrangente desde há algum tempo. -----

-----Também referenciou a inauguração da nova sede da junta de freguesia da Ponte do Rol, dando os parabéns ao presidente da junta Pedro Vaza, ao executivo e à população, sem qualquer desprimor para as outras freguesias, pois esta é uma freguesia um pouco diferente porque viram um exultar da sociedade civil da Ponte do Rol, sendo sem dúvida mais um bom equipamento que fica na freguesia. -----

-----Lembrou igualmente as comemorações no Maxial onde foram inaugurados um conjunto de equipamentos aproveitando para felicitar o seu presidente da junta, que está de saída do cargo para outras funções, e que certamente ao longo de 20 anos fez o melhor por aquela freguesia expressando um agradecimento democrático pela sua permanência ao leme da freguesia durante aquele tempo. -----

-----Por último deu nota do exultante concerto realizado em S. Domingos de Carmões, com a participação da Camerata Vocal e da Banda dos Bombeiros, para além de exposições e outros eventos que contribuíram para que o 25 de abril tivesse sido bem comemorado em Torres Vedras.

-----Na sequência desta última intervenção pediu a palavra o *presidente de junta da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho*, para agradecer a atenção e o

carinho que o colega teve para com ele e para com a freguesia que representa, de onde também é natural.-----

----Por sua vez a **presidente da Câmara** afirmou que têm sido muito importantes as comemorações no território, com uma programação diversa para abranger e cativar diferentes públicos, a decorrer até junho, exortando a que possam continuar a usufruir das mesmas.-----

----Das celebrações ocorridas nesta data, mas a nível nacional, destacou a manifestação que teve lugar em Lisboa que os fez pensar que os valores de abril estão bem presentes e que há uma grande fatia da população que está a pugnar pela liberdade e pela democracia, o que os satisfaz a todos.-----

----Fez também uma referência ao poder local e às inaugurações ocorridas quer na freguesia de Ponte do Rol quer na do Maxial, que ficaram mais ricas e com melhor serviço para as suas populações, particularmente no caso da Ponte do Rol por se tratar da nova junta de freguesia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE: -----

----As primeiras palavras do *deputado municipal Jorge Santos* foram de manifestação de interesse uma vez que UTV desconhecia em absoluto o cidadão Daniel Ferreira que interveio no período do público, porquanto, também iriam falar a propósito da mobilidade nos próximos anos no concelho de Torres Vedras, expressando um agradecimento pela forma emotiva como o cidadão colocou a questão e como a trouxe a este plenário.-----

----Assim afirmou que a mobilidade, a par dos problemas da saúde, constitui no concelho de Torres Vedras um tema candente e neste contexto, o UTV iria fazer uma abordagem ao trabalho já desenvolvido, numa perspetiva pedagógica e colaborativa ainda que, com pouco eco, mas, como se vê, sem grande razão para tal.-----

----Lembrou que “mobilidade” é um termo que, inicialmente foi abordado numa perspetiva apenas de deslocação das pessoas e bens numa determinada área geográfica, mas sofreu ao longo do tempo múltiplas alterações e pouco tempo depois passou a falar-se de mobilidade urbana sustentável, um conceito diferente do anterior que tem o foco nas pessoas, e vincula-se diretamente à organização territorial e à sustentabilidade das cidades.-----

----Nesta perspetiva assinalou que o conceito de “Mobilidade Urbana” se apoia em quatro pilares essenciais: Integração do planeamento do transporte com o planeamento do uso do solo; melhoria do transporte público de passageiros; estímulo do transporte não motorizado; e, uso racional do automóvel, mas também esta perspetiva já hoje se revela ultrapassada porque à mobilidade urbana, sobrepôs-se o conceito de “Mobilidade Urbana Sustentável”, criando a sobreposição de dois conceitos, a mobilidade e a sustentabilidade.-----

----Observou que este novo enfoque trouxe gradativamente e impôs o objetivo de reestabelecer a

capacidade de agir sobre o urbanismo e a gestão do desenvolvimento dos espaços urbanos, colocando o problema na relação entre mobilidade urbana e sustentabilidade e a necessidade de fixarem desde logo 4 pilares essenciais: a Integração desde conceito de mobilidade urbana com o desenvolvimento urbano e as respetivas política de desenvolvimento urbano e respetivas políticas setoriais quer de habitação, saneamento, planeamento e gestão de uso do solo no âmbito dos diferentes organismos; a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; a integração entre os modos e serviços de transporte urbano; e, a mitigação dos custos ambientais, sociais e económicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;-----

-----Nesta senda disse que era importante chamar a atenção para algumas medidas a nível europeu que tem vindo a ser utilizadas, algumas delas também já em Portugal, mas há pouco tempo, salientando o que estão a fazer os governos das cidades de Londres, e de Paris que é a aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, e que na Áustria já há uns anos se fazia e faz a utilização dos impostos para mitigar a sustentabilidade e o financiamento de transportes públicos, das vias etc.-----

-----Para além destas medidas também elencou: a dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados e monitorização e controle das emissões dos gases de efeito local e de efeito estufa dos modos de transporte motorizado, facultando a restituição de acesso a determinadas vias em razão da criticidade dos índices de emissões de poluição.-----

-----Perante o exposto disse que importava analisar e fazer o diagnóstico do concelho e nesse âmbito verificam que em regra há demasiados veículos dentro das áreas urbanas, há o mau estado de pequenas vias, nomeadamente, entre os lugares, o que implica desde logo insegurança rodoviária, custos acrescidos e pegando nos conceitos já referidos o UTV propõe: alargamento das vias para peões e veículos não motorizados, tais como ciclovias e percursos pedonais seguros, de e para a cidade nomeadamente para os lugares circundantes designadamente pertencentes às mesmas freguesias, ou com a proximidade a menos de 1,5 km da cidade; criação de acessos seguros, pedonais e ciclovias; instalação de passagens superiores; instalação de passarelas seguras, iluminadas, visíveis em altura e distância, sinalizadas; passeios ou “faixas e/ou corredores de peões seguros; avisos e sinalização ao longo das vias; promoção e fomento do uso de transportes públicos, como os TUT, mas, também com transportes públicos em viaturas de menores dimensões adequados aos circuitos aos utentes e à densidade demográfica dos lugares onde vão circular.-----

-----Acrescentou que passa também por melhorar a rede e os circuitos, reduzir os preços dos bilhetes, alargar a linhas, melhorar as paragens de transportes públicos devidamente sinalizadas

com disponibilidade de horários; desenvolvimento de parques de estacionamento para transportes individuais junto aos acessos das populações, e, melhoramento da chamada mobilidade suave ou seja os transportes pedonais, a forma de deslocação pedonal, a bicicleta e outros meios não motorizados. -----

-----Deu também enfoque que para além das vantagens óbvias de redução de emissão de CO2, o não consumo de energia e melhoria de fluxo de viaturas nas entradas e saídas da cidade, ou seja com investimento reduzido, neste caso, o incremento da mobilidade suave pode representar um contributo significativo para que possam ser atingidas as metas de aceleração do processo de transição para a neutralidade carbónica. -----

-----A nível do contributo do UTV, deu nota das várias propostas que têm sido apresentado ao longo do mandato, desde logo em 21/12/2021 “constituição de Grupo de Trabalho para aumentar a segurança rodoviária e mitigar os atropelamentos no concelho de Torres Vedras”, “ da elaboração do estudo e projeto da ligação da Área Empresarial das Palhagueiras a Santa Cruz em Torres Vedras” a constituição de Grupo de Trabalho para implementar um Programa de Melhoria de Acessos e Mobilidade para pessoas com deficiência e para cidadãos com mobilidade reduzida”.-----

-----Relativamente ao centro histórico de Torres Vedras, apresentaram proposta para incentivos e medidas adicionais para o comércio e serviços do concelho, através de um projeto para elaboração de um parque de estacionamento na Av. 5 de outubro, a que seguiu a proposta n.º 39 de 14/02/2023 com os traçados das vias circulares, Norte e Sul, à cidade de Torres Vedras, a n.º 51 - mobilidade saudável e gratuita para todos, em que se instou o município a apostar em definitivo em medida de incentivo ao uso de bicicleta através de ações concretas e efetivas, n.º 53 de 1/08/2023 - Iluminação LED inteligente em Passadeiras, com vista à diminuição da sinistralidade rodoviária, n.º 57 - Parques de Estacionamento Subterrâneos Estratégicos – Avenida General Humberto Delgado, n.º 73 – em 12/03/2024 - Quanto à Praia de Santa Rita – Passadeiras, sinalética e medidas de redução da velocidade na estrada alcatroada de atravessamento, e a ainda a n.º 77 de 23/04/2024 relativamente ao Varatojo – Passadeiras sobrelevadas, sinalética e medidas de redução da velocidade na Rua da Liberdade e na Estrada Casal da Torre, todas com o propósito único de contribuir para melhorar a circulação, a mobilidade e diminuir a sinistralidade no concelho.-----

-----Ainda em relação à mobilidade, abordada pelo colega que o antecedeu, *o deputado municipal Luís Carlos Lopes* assentiu que é uma preocupação quer na sua vertente ambiental, quer na vertente de acessibilidade lembrando que ao longo dos anos tiveram diversas intervenções de munícipes, com algumas dificuldades de mobilidade essencialmente por causa dos passeios, mas nesta equação há que ter em conta as ciclovias e os veículos, um equilíbrio difícil de alcançar, pois

não é fácil intervir em território urbano. -----

----Relativamente à Rua Teresa de Jesus Pereira, assunto já diversas vezes abordado no plenário pois não devia ser uma rua circular, mas onde continuam a parar autocarros porque não há alternativa, lembrou que em 2005 ou 2006 o PSD apresentou algumas propostas, uma das quais sobre a continuação da variante poente que terminou onde está e nunca mais foi continuada, para além de também a variante para norte também nunca mais ter sido equacionada.

----Tem conhecimento que agora recentemente houve uma decisão na Câmara Municipal, que considera urgente pois a circulação para Santa Cruz está toda entupida entre as 20.00h e as 21.00h e pensa que é necessário fazer um trajeto nesse sentido.-----

----A **presidente da Câmara** aproveitou para deixar algumas palavras relativamente ao cidadão Daniel Ferreira, com quem o município tem tido uma relação próxima ao longo dos anos, em resposta às várias intervenções cívicas que o cidadão tem feito relativamente a questões de mobilidade e também algumas correções a situações por ele apontadas, porque é uma preocupação que comungam.-----

----Relativamente à intervenção do deputado Jorge Santos concorda com a maioria das referências que fez e explicou que no tocante à mobilidade suave, sofrem do facto de ter começado muito cedo algum tipo de trabalho, nomeadamente a instalação das “Agostinhas” e que faz com que estejam já numa fase bastante ultrapassada, que urge colmatar, operando a sua substituição e as necessárias alterações no sistema.-----

----Aproveitou ainda para informar que no programa do PS consta também a procura da gratuitidade dos transportes públicos no interior da cidade, nomeadamente os TUT e é esse caminho que querem fazer, assim como a busca de espaços para implementar novos parques de estacionamento nas zonas limítrofes da cidade e deste modo melhorar a circulação urbana. -----

----Também frisou que se estão todos de acordo relativamente a estas generalidades, separa-os a questão da operacionalização das mesmas, pois não está assim tão certa de que serão pequenos investimentos, ou investimentos reduzidos, como referiu o deputado, para pôr em marcha a maior parte das medidas que explanou e a autarquia não tem tanta folga financeira como gostaria, para avançar com celeridade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SUSTENTABILIDADE - RECOLHA E VALORIZAÇÃO SELETIVA DE RESÍDUOS ALIMENTARES:-----

----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que a Câmara Municipal está e bem a trilhar o caminho da sustentabilidade, com a recolha de resíduos alimentares de forma diferenciada, que nas últimas semanas está a ser gradualmente estendida na cidade, no sentido de que será interessante esta diferenciação e valorização, porque como aferirão o mais à frente na agenda,

forem analisar as contas dos SMAS continua a ser difícil a separação de resíduos nos seus mais diversos componentes. -----

AGRADECIMENTO:-----

----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* agradeceu à Câmara Municipal, o facto de ter cedido de uma forma muito gentil o espaço onde se encontram em plenário para que o PSD possa comemorar o seu 50.º aniversário que apesar de ser no dia 6 de maio, será comemorado no dia 5 deste mês. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 115-2:-----

----O *presidente de junta da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho* pediu para intervir, pois tendo andado nos últimos anos a insistir sobre a requalificação da via em título, e felizmente, na terça-feira passada viu online que o Executivo Municipal aprovou a 1.ª fase da obra no valor de € 700.000,00, agradecendo o esforço que foi feito não só na desvinculação da estrada enquanto nacional para municipal mas também para efetivar a obra no primeiro semestre, tal como o vereador do setor, Francisco Martins disse.-----

ESTRADA NACIONAL N.º 9:-----

----Usou da palavra o *deputado municipal Paulo Valentim* para fazer uma chamada de atenção, para o estado das bermas da via em título, principalmente entre a rotunda do Paul e Gibraltar onde a vegetação não deixa escoar a água para as valetas e já tem altura suficiente para tapar a sinalização existente. -----

----Assim e embora saiba que não é da competência da Câmara Municipal solicitou que diligencie junto a quem de direito para a necessidade da limpeza desta via. -----

----Aproveitou para realçar o trabalho da junta de freguesia da Ponte do Rol que costuma fazer a limpeza entre o troço da Ponte do Rol e a Bordinheira. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Período da Ordem do dia:

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----O *presidente da Mesa* colocou à votação a ata n.º 1 de 28 de fevereiro de 2024 tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade a ata apresentada.-----

1 – PROPOSTA N.º 8/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2023, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 2017 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/04/2024 a remeter, em conformidade com o deliberado por maioria pelo executivo em 22/04/2024, os documentos em título.-----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que expondo o assunto, fez notar que as contas da Câmara Municipal foram pela primeira vez apresentadas com um relatório integrado contendo informação de natureza financeira e não financeira, com critérios de natureza ambiental, social e de governança e assumindo também os objetivos de desenvolvimento sustentável como desígnio de gestão, que no orçamento de 2024 também já estão contemplados.-----

-----Tem a informação relativa ao território que se pretende mais inclusivo e coeso, como consta do programa do PS e nesse propósito investiram na estratégia local de habitação e em programas de apoio ao arrendamento. No âmbito da sustentabilidade e resiliência investiram no sentido da preservação e valorização dos ecossistemas e recursos locais, com a conclusão do centro para a sustentabilidade do Mar e Zonas Costeiras em Porto Novo e com vista a terem um território ativo e saudável estão a investir na construção de unidades de saúde em São Pedro da Cadeira e no Ramalhal, na educação, na escola básica do Ramalhal para além de aquisição de mais de meios de transporte para as crianças, e alargamento do programa de sustentabilidade da alimentação escolar a todas as escolas do concelho. -----

-----Relativamente à competitividade, estão a dar continuidade ao projeto da ligação da A8 à zona empresarial das Palhagueiras, que ao contrário do previsto, ainda não teve início, devido a questões processuais às quais os serviços camarários são alheios, e no que se refere à criatividade realizaram investimentos de natureza cultural, em áreas diversas, apoiando muitas das associações concelhias que têm um programa muito diversificado e que promovem a identidade e economia do concelho. -----

-----Em relação às contas propriamente ditas, relatou que relativamente ao inicialmente previsto a execução orçamental da receita foi de 104/%, a execução da despesa de 94%, o PPI de 62%, despesas com pessoal foi 34% do orçamento da despesa, o investimento 13% da despesa realizada, e tiveram um resultado líquido de € 1.456.000,00 com todos os indicadores de natureza financeira, ou seja, solvabilidade, autonomia financeira, e liquidez geral, muito bons. -----

-----Verificou-se um prazo médio de pagamento a fornecedores de 21 dias, que está inflacionado por uma situação de disputa relativamente ao valor a pagar a um dos fornecedores, que se vem arrastando porque andam a dirimir esses valores, e cujos cálculos dão origem a um prazo médio de pagamento maior do que aquilo que é o efetivamente correto. -----

-----Acrescentou que as principais fontes de receita são os impostos e que, relativamente ao ano 2023, tiveram incremento do IMI, IUC, do IMT e da derrama, o que significa que no território, continuam a ter investimento significativo, porque as empresas continuam a ter lucros que se traduzem no aumento da receita da derrama e a ter transações do âmbito imobiliário significativas.

-----Realçou o facto de 34% da despesa ser com a mão de obra, tendo presente o acréscimo de 20 trabalhadores, bem espelhado na parte do relatório que respeita aos recursos humanos, ou

seja de 1152 trabalhadores, passaram para 1172 em 2023.-----

----Realçou ainda que relativamente ao exercício anterior, o património líquido é de 251,3 milhões de euros, mais 20 milhões de euros, o passivo 42,1 milhões de euros, mais 12,2 milhões de euros e a dívida real de 17,2 milhões de euros. -----

----Perante o exposto, podem dizer que as contas em análise têm uma situação bastante confortável, e na senda do que se tem vindo a verificar, mantendo-as rigorosas e equilibradas, sem deixar investir e fazer as despesas que são necessárias e que fazem parte do programa do PS. -----

----Também sobre a melhoria da apresentação das contas a *deputada municipal **Marta Geraldés***, frisou que tem sido um trabalho contínuo que o PSD tem sempre assinalado, e que permite que as pessoas com menos conhecimentos financeiros, consigam perceber, pelo menos os grandes números, assim como ajuda imenso toda a infografia.-----

----Abordando o instrumento de gestão, salientou o resultado líquido de cerca de 1,5 milhão de euros, com aumento muito significativo em relação ao ano anterior, uma receita com um grau de execução superior a 100%, a execução de despesa muito perto também dos 100%, ou seja, rendimentos e gastos que aumentaram praticamente na mesma medida, o que significa que conseguiram ter novas fontes de rendimento, mas também sabem onde gastá-lo, o que é importante. -----

----Anotou que os impostos, as contribuições e as taxas continuam a aumentar, em relação ao orçamentado, o que dá a entender também que continuam a ter folga para medidas futuras de devolução de algum tipo de impostos à população. -----

----Também manifestou alguma preocupação, não com o aumento de 20 colaboradores que não é assim tão significativo, mas com o acréscimo de despesa fixa que isso acarreta, cifrando-se já perto dos 35%, preconizando a necessidade de tentar que esta despesa não aumente muito mais, porque tende a aumentar com a atualização de carreiras. -----

----Reportando-se à posição económica financeira que é bastante saudável, como se consta pelos seus indicadores de solvabilidade, autonomia financeira e liquidez, muitos positivos, importava salientar, tal como a presidente da Câmara fez referência, que o prazo médio de pagamentos aumentou de 13 para 21 dias, acreditando que seja esse fornecedor que está em litígio que possa fazer a diferença, pelo que gostaria de ter a noção do rácio correto desta situação. -----

----Prosseguiu indicando que embora tenham depreciações de apenas € 400.000,00, continuam com reserva na certificação legal de contas sobre a quantificação do processo de inventariação questionando para quanto está previsto a conclusão deste processo, pois gostariam todos de retirar esta reserva. -----

-----Concluindo disse que, não concordando com muitas das opções de investimento que são opções políticas por terem programas eleitorais diferentes, e não obstante as contas estarem de boa saúde, como já disse, o arrastar de projetos não concretizados como por exemplo, os arruamentos do Bairro Novo, à semelhança de outros projetos, o grupo municipal do PSD não tem nada a apontar de relevância às contas, mas sim às opções políticas tomadas e, portanto, vão optar pela abstenção. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* começou por saudar a forma como o relatório é apresentado, nomeadamente os quadros síntese e a sua infografia, no que diz respeito ao resumo da receita, ao resumo da despesa, aos rendimentos e gastos do município, mas também aquilo que é o seu ativo, passivo, o património líquido. -----

-----Especificou que são simplesmente 4 quadros, o que o UTV continua sem perceber a razão de não serem apresentados nas redes sociais da autarquia e sem perceber a razão de andarem há 3 anos a falar do mesmo assunto, porque consideram que a prestação de contas faz parte daquilo que é o serviço cívico que deve ser exercido junto dos cidadãos. Não têm capacidade para fazer mais do que pedir à presidente da Câmara, o que reforçam nesta intervenção de forma objetiva e direta, que o faça no próximo orçamento, pois os cidadãos merecem uma palavra, se não forem os 4 quadros que mencionou, outros, mas faça-se esse esforço. -----

-----No que diz respeito às contas, realçou que nas receitas voltaram a ter um acréscimo de 1,5 milhão de impostos, contribuições e taxas, relativamente ao ano de 2022, onde já tinha havido um acréscimo em relação a 2021, ou seja, de ano para ano continuam a crescer os impostos, contribuições e taxas e nessa sequência preocupa-os que a aplicação desta verba vai sempre crescendo e preocupa-os, sobretudo, o peso dos custos com pessoal, em 35% em 2023.-----

-----Lembrou que desde que este executivo tomou posse, são 6 milhões de euros de acréscimo de encargos com pessoal. Em 2020 eram 18,2 milhões de euros nesta rubrica, em 2023, são 24,5 milhões a mais, pelo que, perante estes aumentos têm que se interrogar se houve acréscimo de produtividade na autarquia, se há mais eficiência dos serviços, se há mais modernização dos serviços, ou tudo continua mais ou menos inalterado, porque a ser assim, ainda é mais preocupante do que o simples custo, e estão a falar de perdas de produtividade, perdas de eficiência e ausência de modernização, como estes resultados em crescendo deveriam proporcionar. -----

-----Assinalou que o peso da aquisição de serviços é menor do que a do ano passado, mas 24% continua a ser uma percentagem muito elevada e assim este investimento que a câmara municipal programou acaba por estar retraído. -----

-----Fez nota que o PPI em 2023 teve uma execução de apenas 62%, concluindo que não chega para tudo.-----

-----Disse ainda que preocupa o UTV o equilíbrio entre as receitas e as despesas, apenas pela forma como são usadas as receitas, porque as contas em si apresentam um equilíbrio que não colocam em causa, mas as opções a nível dos investimento e dos gastos que são feitos em determinadas rubricas, são muito preocupantes, como já foi dito em anos anteriores, e serão transportados para o futuro com pouca margem para poderem executar os investimentos e as despesas mais prementes e que deveriam ter disponibilidade também para fazer.-----

-----O *deputado municipal Artur Corvelo* começou por dar uma nota prévia relativamente à mensagem da edil inserida como preâmbulo do relatório, confessando que ficou algo apreensivo por ver aquilo que considera uma desconsideração para com os trabalhadores que são apelidados eufemisticamente de colaboradores, embora felizmente tal absurdo seja corrigido ao longo de todo o texto. -----

----- No que diz respeito à prestação de contas em análise, manifestou a apreensão do PCP no que respeita à rede viária, pois, por um lado, e verificando o estado lastimoso em que se encontra uma boa parte da mesma, acham que a atuação da câmara municipal neste domínio ficou bem aquém daquilo que era exigido, e além disso, verifica-se o estado deplorável dos passeios com especial incidência na cidade, e que provoca sérios problemas, sobretudo as pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, nada foi feito também na questão das acessibilidades. -----

----- Por outro lado, quando vêm a quantidade de troços que passaram da IP para a gestão municipal, não podem deixar de ficar deveras preocupados com as expectativas criadas no sentido de que a sua reabilitação se concretize rapidamente e a sua manutenção passe a ser efetuada de modo mais célere e eficiente, se tiverem como termo de comparação o que se passa com a rede viária municipal previamente existente. -----

-----Reportou-se ao capítulo dedicado ao ambiente e sustentabilidade, congratulando a preocupação da câmara municipal com um tema de tamanha importância e relevância, para citar “a agenda Torres Vedras, 2030 enquadra-se na missão da Câmara Municipal de Torres Vedras de promoção ao desenvolvimento sustentável da coesão territorial e da melhoria da qualidade de vida de toda a população residente ou com atividade no território do concelho” um princípio com o qual, genericamente, estão de acordo e mais adiante, refere “no decorrer da sua participação da atividade na plataforma ODS local a autarquia já recebeu 3 distinções, o prémio ODS local, na categoria melhor conjunto de boas práticas, o selo dinâmica e o seu desempenho”, para alertar que muito está por fazer no que toca ao Ambiente no concelho e não é com ostentação permanente de galardões simbólicos que os sérios problemas ambientais serão resolvidos. -----

-----Terminou reforçando que estes galardões são importantes, mas há que ir muito mais além. ---

-----Antes de iniciar a sua apreciação aos documentos em título o *deputado municipal Rui Prudêncio*, deixou uma palavra especial, aos alunos e também às professoras, que tiveram o

cuidado de os mobilizar para vir assistir a uma sessão da assembleia municipal de um concelho, esperando que extraíam aquilo que é necessário para se envolverem na vida das suas comunidades, porque eles são importantes na sociedade que querem construir.-----

----Quanto ao assunto em apreço, começou por afirmar que hoje a Câmara Municipal está a prestar contas, ao contrário daquilo que ouviram dizer, que não prestam contas, estão a prestar contas aos cidadãos, e a todos aqueles que querem conhecer as contas do município de Torres Vedras.-----

----Também argumentou que transparência é apresentar, discutir e aprovar e depois publicar, ou seja a publicação das contas do município são sempre feitas após a sua aprovação nesta sede, nada fica em segredo e não existem contas mais transparentes do que as contas do município. ---

----Nesta senda saudou a Câmara Municipal e seu Executivo pela existência de um documento que, pela primeira vez, é apresentado para melhor entenderem as questões financeiras do município, o “Relatório Integrado de Gestão”, que é um instrumento que garante a transparência da gestão autárquica, e que tem como base, como a presidente da câmara já disse, uma avaliação ambiental, social e de governança.-----

----Considera o PS ser mais um passo no caminho da transparência e de uma boa governança democrática, pois só assim se consegue o fortalecimento da relação de confiança com os torrienses.-----

----Continuou sinalizando que, já o orçamento foi perspetivado com foco no apoio às famílias e à economia local, tendo em conta os efeitos provocados pela crise energética e pela inflação de que todos padecem um pouco e só o rigor da gestão orçamental permitiu a implementação de políticas de proximidade, como foi o aumento das transferências para as freguesias, o investimento para melhorar os cuidados de saúde, a requalificação do parque escolar e a melhoria da rede viária e pedonal do concelho. Já neste plenário hoje se ouviram muitos números, números grandes e até para os jovens presentes números difíceis de entender, mas, no fundo e no fim, estes números traduzem-se nisto.-----

----Fazendo uma breve análise dos resultados financeiros, salientou que a receita, apresenta um grau de execução de 104% daquilo que estava inicialmente previsto, ou seja, fizeram mais do que aquilo que previam, a maior fonte de recursos municipais são os impostos diretos, mas este aumento resulta do aumento da atividade económico, não resulta do aumento das taxas, e as transferências correntes de 34%, totalizam só por si, cerca de 73% do total das receitas arrecadadas. Já do lado da despesa, a taxa de execução global foi 94% do inicialmente previsto, sendo que as maiores necessidades municipais são em pessoal, e no pessoal há a questão da educação, onde muito do investimento da câmara municipal é nas escolas e com o pessoal das escolas, seguido da aquisição de bens e serviços, transferências correntes e a aquisição de bens

de capital. -----

---- Nas grandes opções do plano, a execução global do PPI é cerca de 62%, e a execução de atividades mais relevantes de 77%. -----

---- Reforçou que no âmbito da estratégia municipal, recaíram os investimentos consagrados no programa eleitoral sufragado maioritariamente portugueses, porque têm sempre a perspetiva de criar um território mais inclusivo, mais coeso, destacando a implementação da Estratégia Local de Habitação, o aumento do apoio às famílias no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento e a promoção da igualdade de género com a atualização do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação 23/26. -----

---- Prosseguiu indicando que com a implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima assumiram o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050 e no sentido da preservação e valorização dos ecossistemas e os recursos locais, foi concluído o Centro para a Sustentabilidade do Mar e Zonas Costeiras em Porto Novo. -----

---- Continuam com foco numa população ativa e saudável e, por isso, o desígnio de melhorar as condições da rede de equipamento, prestação de cuidados de saúde é um eixo fundamental, nomeadamente para a construção das unidades de saúde de São Pedro da Cadeira e do Ramalhal, assim como a promoção da atividade física, através das múltiplas atividades e programas existentes, abrangendo particularmente a população mais jovem e a sénior. -----

---- Também nesta área o PS quer enfatizar os investimentos de monta previstos nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para o complexo desportivo Manuel Marques e para a Associação de Educação Física e Desportiva Torres Vedras, associações que terão sempre o apoio do município. -----

---- Enfatizou igualmente que o Orçamento Participativo foi reforçado, passando a incorporar a vertente “ideia jovem”, com o objetivo de estimular a participação dos jovens nas decisões políticas. -----

---- Quanto ao projeto da ligação da A8 à zona empresarial das Palhagueiras, fez notar que continua a fazer o seu caminho na direção à competitividade do território e destacou a 3.ª edição do “Reserva Fórum de Inovação, Gastronomia e vinho”, que ocorreu nas antigas instalações do IVV com enorme adesão dos torrienses, assim como as comemorações do centenário do Carnaval, eventos muito importantes para a afirmação de Torres Vedras como cidade criativa e única, porque a cultura também impacta na nossa identidade e economia local. -----

---- Deixou também uma saudação ao executivo por ter decidido que a manutenção da rede viária é trabalho constante e, por isso em 2023, foram realizados investimentos superiores a 3 milhões de euros para melhorar as condições de circulação e é desta forma e com base nos compromissos políticos de governação, responsabilidade social e sustentabilidade do PS, que as

contas de 2023 revelam um equilíbrio entre o investimento necessário e prometido e a sustentabilidade financeira do município de Torres Vedras.-----

-----Assim, pelas contas certas e por tudo o que isso representa em benefício de todos os torrienses, o PS vota favoravelmente as contas de 2023, deixando desde já um agradecimento a todo o Executivo Municipal por tudo aquilo que fez ao longo do ano, assim como o reconhecimento ao trabalho de todos os autarcas, aos trabalhadores da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e da Empresa Municipal Promotorres. -----

-----Concluindo disse que Torres Vedras é um concelho onde se gosta de viver, porque cuidam do legado e constroem o futuro com todos. -----

-----Tomou a palavra a **presidente da Câmara**, para manifestar alguma surpresa com a intervenção do deputado Francisco Corvelo, no que se refere à manutenção e reconstrução de vias, fazendo notar que investiram em 2023, 3 milhões de euros na melhoria das vias municipais, coisa que nos últimos 10 anos, não terá acontecido vez nenhuma e o ano transato cerca de 2,9 milhões, ou seja, não está tudo num estado lamentável e não se pode dizer que não se faz investimento. -----

-----Relativamente aos galardões, não têm nada que os esconder, porque as entidades que os atribuem são entidades credíveis e o município de Torres Vedras gosta de os receber e dos ostentar porque é sinal de trabalho de qualidade. -----

-----Relativamente ao deputado Rui Estrela, e às referências que fez à execução de apenas 62% do PPI, fez notar que esta percentagem não se registou por não quererem investir mais, mas por outras razões, como no caso da empreitada da ligação da A8 às Palhagueiras, em que não houve possibilidade de pôr os trabalhos em prática, e nos casos da Praça Machado Santos, intervenções na ORU de Arenes, estratégia local de habitação ainda em fase de projetos da USF Ramalhal e São Pedro da Cadeira porque os trabalhos iniciaram mais tarde do que o previsto e fizeram diminuir o investimento previsto.-----

-----No que concerne às infografias, concordou que servirão e bem para publicar de uma forma muito mais fácil, aquilo que é o trabalho e as contas do município e que publicarão. -----

-----Concluías as intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação o assunto em título.-----

-----Assembleia Municipal, tendo presente a competência prevista na alínea I), do n.º 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 e no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, ambas na sua atual redação deliberou, por maioria de 23 votos a favor dos eleitos pelo PS, e 15 abstenções, sendo 6 dos eleitos pelo PSD, 6 dos eleitos pelo UTV, 1 do eleito pelo PCP, 1 do eleito pelo Aliança e 1 do eleito pelo CHEGA, o seguinte:-----

-----1.º - Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, os documentos de Prestação de Contas e Relatório

de Gestão de 2023 da Câmara Municipal de Torres Vedras, integralmente elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com a Instrução n.º 1/2019, de 6/03 os quais apresentam os seguintes valores: -----

-----Total do Ativo: € 293.416.081,71 -----

-----Total do Património Líquido: € 251.309.075,45 -----

-----Total do Passivo: € 42.107.006,26-----

-----Rendimentos: € 67.432.582,03 -----

-----Gastos: € 65.975.901,44-----

-----Resultado líquido: € 1.456.680,59-----

-----Recebimentos: € 70.329.667,94 -----

-----Pagamentos: € 68.773.164,06 -----

-----Saldos iniciais do desempenho orçamental: € 6.348.555,31-----

-----Receitas orçamentais: € 76.402.815,05 -----

-----Despesas Orçamentais: € 68.503.422,95 -----

-----Saldo orçamental para a gerência seguinte: € 7.899.392,10 -----

-----2.º - Aprovar a distribuição dos resultados no valor de € 1 456 680,59, da conta “Resultado Líquido” da seguinte forma: -----

-----51 “Património - € 1.383.680,59 -----

-----551 “Reservas legais” - € 73.000,00”-----

2 – PROPOSTA N.º 9/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2023, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO;-----

-----Presente ofício número 2017 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/04/2024 a remeter, em conformidade com o deliberado por maioria pelo executivo em 22/04/2024, os documentos em título.-----

-----A **presidente da Câmara** sinalizou no relatório de atividades e de gestão em apreço, como já noutros anos, indicadores, informação não financeira e infografias de qualidade que permitem evidenciar bem o trabalho.-----

-----Relativamente às contas, os SMAS em 2023 tiveram resultado líquido positivo na ordem de € 1.678.922,09, com uma variação positiva de mais de 1,3 milhões de euros, ocorreu a transferência de € 558.000,00 da Câmara Municipal, que diminuiu relativamente ao ano de 2022, e já com a perspetiva que em relação a 2024, que não haverá qualquer subsídição.-----

-----Em termos de gastos operacionais, houve um aumento nos gastos de fornecimento e serviços externos na ordem dos € 653.000,00, mais 10,25% relativamente ao período homólogo, gastos

estes que são fundamentalmente no tratamento do saneamento, na recolha de resíduos sólidos urbanos e na conservação e reparação das redes.-----

-----Salientou que se verificou uma diminuição nos combustíveis, derivado aos valores, mas também pela existência da estação de tratamento, que deu origem, como era previsível, a um número de quilómetros a efetuar substancialmente mais pequeno.-----

-----No tocante aos gastos com pessoal, também se verificou um aumento de 10,78%, mais € 527.000,00 euros em relação a 2022, tal como aconteceu na câmara municipal, decorrente das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, e por opção gestonária, valorização da remuneração dos assistentes técnicos e técnicos superiores, bem como dos assistentes operacionais com mais de 30 anos de serviço e ainda novas admissões, embora tenham um saldo negativo em termos de quantidade, porque foram admitidas 13 pessoas, mas saíram 18, ou seja os aumentos têm a ver com as melhorias das condições remuneratórias.-----

----- No caso dos rendimentos operacionais, houve um aumento da ordem dos 19,02%, por um lado, relativos a saneamento, mas fundamentalmente relativo aos resíduos sólidos urbanos, e aumento do número de metros cúbicos de água vendidos, mas também pelo facto de ter entrado em vigor o novo tarifário em 01/01/2023, que refletiu o aumento das tarifas dos resíduos urbanos em 22% e a aplicação da tarifa de disponibilidade e variável de saneamento a todos os clientes, quer aqueles que têm acesso à rede, quer aos clientes sem ligação à rede pública, que fez com que o valor fosse aumentado.-----

-----No que respeita aos investimentos, não foram integralmente cumpridos os objetivos propostos em PPI, tendo em conta que as percentagens de execução são de 75% nos projetos inerentes ao setor de recolha de resíduos urbanos, 73% nas obras de abastecimento, 45% na administração geral, 43% nas obras de saneamento, ou seja, abaixo daquilo seria o esperado no início do ano. --

-----Concluiu indicando que os SMAS em 2023 apresentam uma situação de equilíbrio na sequência dos resultados positivos obtidos, influenciados essencialmente pelo aumento dos gastos ter sido superado pelo aumento dos rendimentos.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, no que respeita às contas dos SMAS, pelas razões já conhecidas e que tendem a não se alterar, especificou que o UTV vai votar contra, lembrando que em 2020 foi apresentado um estudo, em que não eram previstos aumentos de tarifas, onde se prometia não haver transferências da câmara para os SMAS, que permitiria que as contas apresentassem sempre lucro e que o investimento seria significativo, mas voltam a assistir nas contas de 2023, a mais uma injeção de € 588.000,00 da autarquia nos SMAS que desta forma já soma 3 milhões de euros em 3 anos, quando não era expectável qualquer tipo de transferência.---

-----No que diz respeito aos resultados operacionais dos resíduos solos urbanos, continuam negativos, pelo que vislumbram que futuramente e proximamente, estarão a anunciar novos

aumentos de tarifas. Estas tarifas desde que o executivo tomou posse, já aumentaram mais de 50%, quando o tal estudo que veio à Assembleia Municipal e que motivou a integração dos resíduos sólidos urbanos nos SMAS, indicava que não iriam haver aumentos de tarifas, ou seja, funcionou ao contrário de tudo aquilo que era previsto. -----

----Sobre o investimento, ainda é mais grave, porque falta dinheiro para fazer a renovação de redes, não há reparações e o investimento que era previsto executar foi executado apenas em 43%, ou seja, menos de metade daquilo que era previsto fazer. -----

----Por último assinalou que as receitas do saneamento aumentaram 1 milhão de euros muito por via das cobranças que foram feitas a clientes que não estavam ligados ao sistema e que as receitas dos resíduos sólidos urbanos também aumentaram quase 1 milhão de euros com o sucessivo incremento de tarifas, o que também era difícil que não acontecesse, mas pelas razões que já aduziu atrás, não podem ter um voto que seja diferente, da rejeição destas contas. -----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* começou por transmitir que não se ia inscrever ao estudo, embora na altura o PSD também tivesse dúvidas, pois passaram vários anos, praticamente um mandato.-----

----Assim, fez notar que os resíduos sólidos urbanos ainda têm algum défice, mas está menor do que em 2022 e que as injeções da câmara sempre ocorreram ao longo dos anos, pelo que não considera estranho. Houve aumento de tarifas, em saneamento, resíduos sólidos urbanos e também de alguma monta em termos de água. -----

----Assinalou que em termos contabilísticos está equilibrado, até com um *superavit* bastante acentuado, desconhecendo a razão pela qual a execução do plano de atividades não foi tão eficiente. -----

----Reportando-se às perspetivas futuras que constam do relatório de gestão, enfatizou que tem a expectativa de que ocorram até ao final do mandato elencando entre os desafios indicados: prosseguir a renovação e reabilitação dos sistemas de águas, saneamentos e resíduos sólidos urbanos, bem como investimento na digitalização das operações e reforçar a comunicação e sensibilização nas áreas de atuação e fortalecer o foco no cliente. -----

----Aproveitou para dar nota que considerou positivo a implementação do aproveitamento dos bio resíduos, sendo pena que a reciclagem a nível do cartão e dos plásticos tenham diminuído, embora a do vidro tenha aumentado, e não querendo dizer que o estudo estava certo ou errado, lembrou que na altura foi referida a necessidade de reparação das condutas, algumas já antigas para evitar mais perdas, e voltou a dar algum realce ao facto de pequenos ramais terem sido protelados, esperando que o ano de 2024, sobretudo na questão do investimento seja melhor, basicamente, porque em termos de contas, o PSD nada tem a dizer.-----

----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* pegando na questão da recolha dos biorresíduos

que avançou este ano, e embora estejam a aprovar contas relativas ao ano passado, no seu entender devem aproveitar todas estas oportunidades para sensibilizar os cidadãos dos benefícios da separação seletiva, e das vantagens que advêm para a poupança, ou para a redução daquilo que pagam ao final do mês. -----

-----Aproveitou também para questionar para quando a desafetação da taxa de resíduos do consumo de água, pois tendo consciência que é uma questão nacional sabe que já há municípios que estão a tomar posições, através de experiências-piloto, sugerindo que se olhe para este assunto a sério. -----

-----Outra questão também que quis salientar, prende-se com a sensibilização de todos os presentes e dos cidadãos que em casa assistem à sessão, para terem a noção que fazer recolha seletiva se traduz em menos valor no que se paga na taxa de deposição final em aterro ou na incineradora da Valorsul, se bem que seja um sistema perverso, porque a própria Valorsul é que faz a recolha seletiva, mas também é quem recebe os resíduos que vão para os indiferenciados. São situações que já vêm a arrastar-se há muitos anos, no entanto, há muitos municípios que avançaram com projetos-pilotos e outras soluções em que fazem com que os cidadãos no dia a dia percebam que vale a pena fazer recolha seletiva. -----

-----Seguiu-se o *deputado municipal Sérgio Simões*, que desde logo assinalou que da sua análise aos documentos em discussão, ressalta que continua a haver uma continua melhoria do serviço prestado à comunidade. -----

-----A respeito dos constrangimentos que nos últimos anos têm ocorrido, nomeadamente a COVID-19 e mais recentemente o conflito da Ucrânia, frisou que a verdade é que contribuíram para que a recuperação, ou a evolução do serviço prestado pelos SMAS tenha sido mais lenta do que aquilo que é costume, ou que era habitual de uns tempos atrás. -----

-----De qualquer maneira verificaram com agrado que apresentam uma situação económico-financeira bastante aceitável e que do ponto de vista do PS perspectiva uma sustentabilidade a curto ou médio prazo que certamente terá como consequência a melhoria do próprio serviço prestado à comunidade. -----

-----Continuou observando que continuam com uma excelente cobertura nos 3 serviços, água, saneamento e resíduos urbanos, perdas de água nos 21% bastante abaixo da média nacional, mas ainda assim uns pontos acima daquilo que consideram aceitável, tendo como objetivo atingir as médias europeias na ordem dos 13 ou 14%. -----

-----No que respeita ao PPI concordou que a execução não é famosa, mas também existem fatores que influenciam esta baixa execução, por um lado, os constrangimentos que já fez referência e que conduziram ao aumento de custos de produtos, materiais, ou escassez dos próprios produtos que foram influenciar e atrasar em muitos casos os concursos das empreitadas

necessários às obras dos SMAS, pelo que atendendo a estas circunstâncias, pensa que ainda fizeram uma execução razoável. -----

-----No que respeita aos dados financeiros quis assinalar por um lado o rácio de despesas com pessoal sobre despesas correntes na ordem dos 30%, o que é muito bom, e por outro lado e ainda melhor o de despesas de pessoal sobre as receitas correntes na ordem dos 25%, quando o valor de referência, a nível nacional é de 60%. Mostrou também o seu agrado pelo facto de o prazo médio de pagamentos andar na casa dos 31 dias, e que se considerarem que o grosso dos pagamentos são de água e saneamento e que estes prazos são de 60 dias, significa que aos fornecedores em geral, o prazo é quase imediato e isso é muito bom do seu ponto de vista.-----

-----Referente aos resíduos urbanos distinguiu a grande redução relativamente a 2022, embora reconheça que esta redução teve parte das suas causas, o aumento do tarifário que houve que é perfeitamente natural. -----

-----Ainda relativamente ao aumento do tarifário lembrou que os SMAS têm como principal receita, a via tarifária e não outra, a não ser que haja subsídios da Câmara Municipal e que será bom que não existam, e sendo assim, é com a via tarifária e com as tarifas que se cobram as despesas correntes, incluindo os custos de pessoal, a compra de água e o custo de saneamento e resíduos e se cobrem os investimentos na renovação de infraestruturas. O que isto significa, é que ou diminuem as tarifas e não prestam os serviços com a qualidade que as pessoas desejam ou tentam um equilíbrio entre o aumento do tarifário e a prestação do serviço de maneira a que haja equilíbrio e a qualidade se mantenha. -----

-----Deixou ao plenário como interrogação o que teria acontecido durante o COVID-19, se não houvesse saldos de tesouraria confortáveis cujo serviço à comunidade foi suportado em grande parte pelo facto de haver saldo de tesouraria e depósitos bancários, que constituíram uma almofada financeira para esses tempos difíceis que não foram tão poucos como isso e de que ainda sofrem consequências. -----

-----Antes de concluir disse que já não fala mais no estudo, pois acha que não vale a pena, porque também há quem seja autista, ou seja, fala-se no estudo sem ter em conta que é um estudo que, para além da sua pouca credibilidade, foi anterior ao COVID-19, e querer ignorar que houve COVID-19 para não querer aumento de tarifas etc, chamaria a isso autismo, não querendo ofender ninguém, e assim este “alibi” constante do estudo já soa um bocado a “cassete doutras bandas e doutros lados”, sugerindo que haja uma atualização. -----

-----Concluindo disse que poderá fazer chegar à mesa da Assembleia Municipal uma *pen* para entregar ao UTV para atualizarem a sua tecnologia de debate no plenário sobre o famigerado estudo. -----

-----Nesta altura, em nome do UTV, pediu para intervir para o exercício do **direito da defesa da**

honra o vereador Diogo Guia, conforme previsto no n.º 2 do art.º 31.º do Regimento da Assembleia Municipal, o que foi concedido pelo presidente da Mesa. -----

-----Nesta sequência em defesa da honra o vereador **Diogo Guia** começou por agradecer as palavras na parte explicativa para os cidadãos, pese embora considere que o deputado municipal Sérgio Simões tenha dado uma “grande volta” para a história dos 43% de investimento, dizendo que reconhece que é muito pouco, mas não, a realidade é que os SMAS não tiveram dinheiro para fazer investimento nas reparações das condutas, situação que o UTV anda a dizer há 4 anos, não é autismo, é factual. -----

-----Lembrou que a Assembleia Municipal é o órgão soberano de legitimidade do concelho e aprovou, está em ata, uma decisão de fusão na base de um estudo que dava 15 anos sem aumentos, € 150.000,00 de lucros anuais e substanciais investimentos, mas o deputado municipal não o vai convencer que em 2000 essa conclusão foi tida e de repente veio a COVID-19 e transformou radicalmente a situação. Não é verdade, e deu como exemplo as contas relativas às obras municipais que tiveram um agravamento, quer em 2021, quer em 2022, mas que rapidamente diminuíram e em 2023 isso já não aconteceu.-----

-----Defendeu que o que está a acontecer é que em 2023 os SMAS fizeram investimento de apenas 43%, ou seja, não fizeram reparações no saneamento, apesar de terem aumentado 50% as taxas, e se o deputado municipal Sérgio Simões acha que isso é autismo, com o devido respeito não lhe vai devolver, mas a palavra que lhe vem à cabeça começa por “H”. -----

-----Defendeu ainda que em política, podem acusar o UTV de várias coisas, que aceitam com humildade democrática, porque nem toda a gente está certa sempre, mas o deputado municipal permitir-se dizer que autismo, é aquilo que andam a alertar demonstradamente com factos e com atas é, no mínimo, política de grande habilidade, a palavra é habilidade. -----

-----O **presidente da Mesa** deu por concluído o assunto em título, que colocou à votação: -----

-----Assembleia Municipal, tendo presente a competência prevista na alínea I), do n.º 2, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 e no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, ambas na sua atual redação, deliberou, por maioria de 23 votos a favor dos eleitos pelo PS, 8 abstenções sendo 5 dos eleitos pelo PSD, 1 do eleito pelo PCP, 1 do eleito pelo Aliança e 1 do eleito pelo CHEGA, e 6 votos contra dos eleitos pelo UTV, o seguinte: -----

-----1.º - Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, os documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Atividades de 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, integralmente elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com a Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2019, de 6/03 os quais apresentam os

seguintes valores: -----

- 1. O Balanço, com: -----
- 1.1. O total do ativo: € 38.192.376,21; -----
- 1.2. O património líquido: € 35.680.170,84; -----
- 1.3. O passivo: € 2.512.205,37. -----
- 2. A Demonstração de Resultados com: -----
- 2.1. Rendimentos: € 22.663.730,03; -----
- 2.2. Gastos: € 20.984.807,94. -----
- 2.3. Que o resultado líquido do período, no montante de € 1.678.922,09, tenha a seguinte aplicação: -----
- a) Que sejam constituídas reservas legais no montante de € 83.946,10, correspondente a 5% do resultado líquido do período; -----
- b) Que o valor remanescente de € 1.594.975,99, seja transferido para outras reservas. -----
- 3. Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC): -----
- 3.1. Recebimentos: € 22.452.535,15; -----
- 3.2. Pagamentos: € 20.298.898,98. -----
- 4. Demonstração de desempenho orçamental (DDO): -----
- 4.1. Recebimentos: € 22.452.535,15; -----
- 4.2. Pagamentos: € 20.298.898,98. -----
- 5. Saldo inicial e final do desempenho orçamental: -----
- 5.1. Saldo inicial de operações orçamentais: € 5.226.141,50; -----
- 5.2. Saldo inicial de operações de tesouraria: € 73.531,09; -----
- 5.3. Saldo final de operações orçamentais: € 7.346.637,84; -----
- 5.4. Saldo final de operações de tesouraria: € 106.670,92. -----

---- Anota-se que se encontrava ausente da sala aquando da votação Pedro Vaza. -----

3 - PROPOSTA N.º 10/CM/2024 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS; -----

---- Presente ofício número 2015, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/02/2024 a remeter a 2.ª revisão em epígrafe, tendo presente o deliberado pelo executivo por unanimidade, em sua reunião de 22/03/2024. -----

---- Para introduzir o assunto, foi dada a palavra à **presidente da Câmara**, que informou que a revisão em análise visa apenas a criação e dotação de rubricas no âmbito da receita, entre as quais, rubricas relativas a transferências correntes no âmbito do Congresso das Cidades Educadoras, transferência para projetos cofinanciados no âmbito no PRR e nas despesas, incluir

o projeto para a Variante Nascente e reforço de dotações para locação de material informático.-----
-----O *deputado municipal Jorge Santos*, a propósito desta segunda revisão ao orçamento e às grandes opções do plano 2024, no que concerne à despesa, criação e dotação de rubricas, designadamente a referida dotação de €150.000,00 afeta ao projeto Variante Nascente, anunciou que o UTV vai votar a favor desta proposta porque a mesma corporiza, no fundo, aquilo que têm sido as suas iniciativas e propostas, no âmbito da mobilidade e na tentativa de resolução dos problemas do trânsito na cidade.-----

-----No seguimento desta intervenção o *deputado municipal António João Bastos*, lembrou que participou na elaboração do primeiro plano diretor municipal do concelho, e na altura equipa externa que dava apoio, falava que a variante nascente já estava feita e é a A8, por causa da topografia, e assim gostaria de ter acesso a planta onde está previsto este corredor. Não está a dizer que será impossível fazer uma variante nascente na cidade, nem a questionar a bondade da proposta, mas antes de a autarquia gastar € 150.000,00 gostaria de ter acesso à base que vai ser posta a concurso para poder dar a sua opinião fundamentada.-----

-----Na certeza de que o deputado dava o benefício da dúvida aos técnicos que têm a seu cargo esta tarefa, e encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, **o presidente da Mesa** colocou o assunto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, aprovar a 2.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2024 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se encontravam ausentes Luis Carlos Lopes, José Damas Antunes, Celso de Carvalho e Pedro Bernardes.-----

4 - PROPOSTA N.º 11/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS DE 2024;-----

-----Presente ofício número 2018, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/04/2024, remeter a 1.º alteração ao mapa em causa, de conformidade com o deliberado pelo executivo, por maioria em 22/04/2024 tendo presente a competência da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

-----Apresentando o assunto a **presidente da Câmara** explicou que esta alteração de mapa pessoal visa acomodar situações não previstas na proposta de mapa para 2024, aproveitando a oportunidade da nova orgânica que vem ao plenário no ponto seguinte da agenda da sessão.-----

-----Neste contexto, anunciou que são 36 novos postos de trabalho, mas cerca de metade permitem consolidar mobilidades já existentes, assim como assegurar a substituição de elementos que saíram, cujos lugares ficaram cativos e ainda reforçar a equipa da unidade jurídica e fiscalização, face às novas competências nesta área e reforçar também a divisão de projetos com

arquitetos. -----

----O deputado municipal **Ilídio Santos** começou a sua intervenção por referir que nesta situação dos recursos humanos, quando olham para as contas e constataam um aumento de um ano de 3 milhões e a presidente da câmara vem pedir a aprovação de mais 36 postos de trabalho e alteração de 10, quando em 2023 a 19 de dezembro tinham criado mais 65 e alterado 13, ao UTV parece que falta uma coisa que notam muito nesta câmara, que se chama planeamento, orientação, estruturação. -----

----Reforçou que não se pode pegar num grupo de recursos humanos e “navegar” ao sabor do vento, pelo que a conclusão que tira é falta de planeamento. Têm que gerir com objetivos, com definições, e aí sim chegam a algum lado. -----

----Em resposta a **presidente da Câmara** deu como exemplos as mobilidades dentro da mesma área que vão surgindo, em que os lugares ficam cativos, mas têm que os substituir e as alterações repentinas de legislação que implicam mais pessoal e os leva a tomar estas decisões.-----

----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação.-----

----Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, conjugada com a alínea o), n.º 1, art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, ambas na sua atual redação, deliberou por maioria de 29 votos a favor e 6 abstenções aprovar a 1.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2024.-----

----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do UTV, e não se encontravam na sala aquando da votação, José Damas Antunes, Nuno Cosme e Nuno Pinto. -----

5 - PROPOSTA N.º 12/CM/2024 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 2016, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 24/04/2024 a dar conhecimento que a Câmara Municipal na sua reunião de 22/04/2024, deliberou, por maioria, submeter a este órgão deliberativo a proposta de alteração em título. -----

----A **presidente da Câmara**, indicou se trata de uma proposta de alteração da estrutura orgânica e regulamento dos serviços municipais, tendo em atenção alguns objetivos relacionados com questões de eficácia na organização dos serviços, eficiência no seu desenvolvimento e adaptação da orgânica, ou seja, a organização dos serviços às necessidades emergentes, nomeadamente com as transferências de competências. -----

---- Por outro lado, pretendeu-se fazer algumas correções, no que respeita à falta de estruturas intermédias de decisão e a alguns desequilíbrios remuneratórios, dado que essas estruturas intermédias são ocupadas por cargos de terceiro grau, tendo por isso uma remuneração

diferenciada, e eram muito poucas aquelas que existiam na anterior orgânica municipal. -----

----Neste propósito a proposta visa, a nível das estruturas de primeiro grau, passar de 2 departamentos para 5 departamentos, um departamento de Administração Geral, um departamento de Gestão de Território um Departamento de Mobilidade, Infraestruturas e Obras Municipais, um departamento de Educação e atividade Física e um Departamento de Cultura, Participação e Desenvolvimento Social. -----

----A nível das estruturas flexíveis propõem 15 divisões, podendo chegar em caso de necessidade ao máximo de 17, 28 unidades que poderão chegar a um máximo de 32, 18 subunidades, poderão ir até 20 secções. -----

----Pensam que esta estrutura que é agora apresentada é uma estrutura bastante mais equilibrada do que anterior, que tinha 2 departamentos e com a carência de estruturas intermédias de decisão, que era manifestamente visível na orgânica atual. -----

----A *deputada municipal Andreia Caldas* começou a sua intervenção por reportar-se ao relatório do estudo feito à orgânica da Câmara Municipal citando "o organigrama atual do município de Torres Vedras é dotado de uma grande complexidade, dado o elevado número de subdivisões, unidades e áreas, comparado com o escasso número de departamentos e divisões" e ainda "o organigrama atual do município de Torres Vedras, não permite a sua leitura fácil e intuitiva, pelo que não cumpre o requisito de desburocratização". -----

----Nesta sequência, e pela forma como está organizada a sua imagem é fácil concluir que seria necessário a sua alteração, mas não ao fim de 3 anos, e sim no início do mandato, tendo sido essa a primeira proposta do UTV, bem como os dirigentes deveriam ter sido chamados a apresentar propostas, pois são eles quem melhor conhece e compreende as necessidades e prioridades face aos recursos. -----

----Anotou a agravante do estudo indicar que a atual orgânica está em desconformidade com a lei, ou seja, é ilegal. -----

----No que respeita ao conteúdo da proposta de orgânica em apreço, o UTV não vê refletida nenhuma inovação nesta nova orgânica, dando como exemplo se não deveria o Ambiente ser um departamento, havendo 1172 colaboradores, se os Recursos Humanos não deveriam ser também um departamento, e porque razão o Desenvolvimento Social não está associado ao Departamento de Educação e Atividade física, em vez de estar associado à Cultura. -----

----Anotou que o Turismo passou para a Divisão de Comunicação, uma decisão que consideram errada, sugerindo, se querem ser inovadores e eficazes, a criação da Divisão de Turismo, Mundo Rural e Mar, ou à imagem de grandes câmaras, a criação do Gabinete do Provedor do Município, como o UTV também já propôs. -----

----Assim, pelo momento em que se submete à aprovação esta orgânica, pela ausência de

propostas dos dirigentes, pela falta de ambição e inovação, o UTV Movimento votará contra. -----

-----A **presidente da Câmara** aludiu à referencia feita pela deputada municipal ao estudo, ou seja, sem dúvida que a orgânica em vigor era desequilibrada, com falta de elementos intermédios de decisão, pelo que decidiram fazer a sua melhoria e também não é verdade que os dirigentes não tenham sido ouvidos, pois aquando da elaboração do estudo todos os dirigentes foram ouvidos, e não só os dirigentes, para as propostas que foram apresentadas e com base nas quais fizeram esta alteração. -----

-----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** alegou que quem está ao leme, saberá muito mais facilmente as necessidades e o PSD não se consideram, neste momento, com capacidade de dizer se está tudo certo, ou está errado, embora pudessem fazer de maneira diferente, mas não têm nada a opor em relação à proposta apresentada.-----

-----Também para se pronunciar sobre a alteração em discussão o *deputado municipal* **Artur Narciso** observou que quando os recursos numa empresa ou numa organização não tem o aumento de custo é porque despedem pessoas, ou então não estão a pagar. -----

-----Observou ainda que as alterações das orgânicas e do regulamento organizacional têm de respeitar o fluxo da informação, ou seja, quando o fluxo da informação é alterado num determinado sentido, o organigrama também tem que ser alterado assim como as vias de comunicação para responder a essas necessidades, pelo que o voto do PS é a favor. -----

-----Antes de colocar o assunto à votação o **presidente José Correia** anunciou que iria abster-se uma vez que que tecnicamente e do ponto de vista de gestão das organizações, vai contra tudo aquilo que defende, a Assembleia Municipal aprovar um organigrama, um modelo organizacional, porque não considera que tenham competências para aprovar ou não aprovar aquilo que é a função operacional, diária e corrente de quem dirige. -----

-----A Assembleia Municipal tem uma função de fiscalização e querem resultados, mas no que se refere a modelos de produção, tomada, e controlo dos resultados das decisões, é para quem decide, é para quem tem funções executivas e é para quem é responsabilizado por isso. -----

-----A Assembleia Municipal tem de votar, mas ele não é capaz de votar, não é votar contra, porque não vota contra a proposta apresentada, mas, mas do ponto de vista de princípios e do ponto de vista legal, é mais uma das muitas competência que devia ser revista, pois entende que a Assembleia Municipal devia ter mais competências, incluindo poder intervir com propostas e alterar propostas, em vez de outras coisas para as quais têm competência excessiva. -----

-----Ainda pediu a palavra o *deputado municipal* **Rui Prudêncio** afirmando que o PS se revê nesta proposta da câmara municipal da sua estrutura orgânica, podendo ou não aceitar que fosse ou não um tema de discussão na Assembleia Municipal, mas como tem de ser neste plenário aprovada e como concordam com a proposta, votam a favor.-----

-----A seguir também pediu para intervir o *deputado municipal*, **Luis Carlos Lopes** e em jeito de comentário à intervenção do presidente da Assembleia afirmou que o seu sentido de voto seria a favor, tal como os vereadores do PSD fizeram em sede de Executivo Municipal, mas o presidente como membro principal deste órgão deliberativo, ao abster-se não pode pensar que não tem uma visão política. -----

-----Concorda com o que disse, pois recorrentemente abordam o facto de virem à Assembleia Municipal para aprovação situações redundantes e recorrentes que não haviam de aqui vir.-----

-----Antes de devolver o assunto ao plenário para votação, o **presidente da assembleia** disse que apenas pretendeu fazer uma chamada de atenção.-----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea m), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugada com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23/10, ambos na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor, 6 votos contra e 5 abstenções, aprovar a Estrutura Orgânica e Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do UTV, e abstiveram-se José Manuel Correia, José Damas Antunes, Ana Fiéis, Marco Branco e Carlos Filipe. Encontrava-se ausente da sala e não participou na votação Marta Geraldês. -----

6 - PROPOSTA N.º 13/CM/2024 – DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL E ACEITAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL DE REDUÇÃO EM SEDE IMI REQUERIDA PELAS EMPRESAS METALLOWESTE, INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA E CIDADE HERMÉTICA, LDA; -----

-----Presente ofício número 879, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 01/03/2024, a remeter de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião de 27/02/2024, o processo em título, a V. Exa, tendo em conta o teor da informação da área de empreendedorismo propondo a aceitação do benefício fiscal de redução de 45,20% de IMI relativamente aos prédios utilizados pelas empresas Metalloweste, Investimento e Construção Civil e Cidade Hermética Lda, por reconhecer o investimento que as mesmas se propõem efetuar como “Investimento de Interesse Municipal para o concelho de Torres Vedras”. -----

-----Para introduzir o assunto foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que elucidou que as empresas em causa pretendem fazer a candidatura ao regime dos benefícios fiscais para indústria e em Portugal o IMI é um dos impostos relativamente ao qual podem ter benefício e sendo imposto municipal, têm que solicitar que o município calcule a prove dar esse benefício. -----

-----Mais elucidou que da análise realizada, tendo em conta que preveem um investimento aproximado de € 4.200.000,00, com uma área de 10.000m² a instalar no parque empresarial do Paul e a criação líquida de 30 postos de trabalho, um investimento que prevê a construção de raiz

de uma nave industrial e aquisição e montagem de equipamento industrial básico para a atividade no domínio da indústria, construção de estruturas metálicas para o setor da aeronáutica e tendo em atenção os critérios existentes no regulamento municipal, para o cálculo: valor do investimento, n.º de postos de trabalho, localização da sede, localização industrial, localização da freguesia, natureza da atividade, certificação ambiental e medidas de sustentabilidade ambiental, propõem que estas 2 empresas tenham uma redução de IMI de 45,20%.-----

-----Com nota prévia à votação o **presidente da mesa** salientou que se trata de tomar uma posição no sentido de apoiar ou não este investimento no concelho.-----

-----Ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento produtivo (RBFCIP), nos termos dos artigos 6.º e 8.º do Código Fiscal do Investimento (CFI), a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, declarar de interesse municipal e aceitar o benefício fiscal de redução de 45,20% de IMI relativamente aos prédios utilizados pelas empresas Metalloweste, Investimento e Construção Civil e Cidade Hermética Lda.-----

7 - PROPOSTA N.º 5/AM/2024 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2023 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS;-----

-----Presente ofício número 216/2024, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras de 23/02/2024 a remeter o relatório anual em título.-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário o **presidente da Assembleia** disse que mais uma vez foi-lhes presente um relatório tecnicamente melhorado e bem conseguido, que infelizmente os elucida bem, de um conjunto de problemas, que parece que se tendem a agravar, enaltecendo e reconhecendo a qualidade do trabalho da comissão e da sua presidente.-----

-----Também elogiou e reconheceu o trabalho dos membros da assembleia que participam nessa comissão e que muito os honram, ou seja, a Assembleia Municipal de Torres Vedras faz um excelente trabalho na Comissão de Proteção das Crianças e Jovens do concelho, com a colaboração inestimável das suas representantes.-----

-----Pronunciou-se a **deputada municipal Susana Neves** fazendo notar que sempre que anualmente o relatório em título lhe é disponibilizado, a primeira visão que tem são as inúmeras crianças que, nalgum momento das suas vidas, ou até neste momento exato, estão sem capacidade de sorrir, sentem alguma dor emocional, ou dor física, medo, solidão, raiva, culpa e estão em privação, e também desconhecem algum dos sentimentos de tranquilidade, paz, curiosidade, compaixão, amor incondicional, e ou emoções como alegria, segurança e apego.-----

-----Fez notar ainda que o relatório em análise está muito bem elaborado, mantém ano após ano os mesmos indicadores processuais, mas infelizmente, os processos transitados de 2022 aumentaram, os processos abertos no ano 2023 também e os casos de violência doméstica, continuam a ser o diagnóstico social predominante e em complemento a este diagnóstico social de

violência doméstica, os comportamentos da indisciplina, o absentismo escolar, o aumento da violação e até outros atos sexuais e o aumento significativo deste grande chavão “a negligência”, a negligência que se traduz na ausência de cuidados de educação, de cuidados de saúde e principalmente cuidados afetivos, ou seja, os cuidados de amor.-----

-----Reforçou que se a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU assinado em 1989, ratificada por Portugal, em 1990, consagra direitos essenciais à criança, em especial o direito a proteção contra todas as formas de violência física e psíquica, então o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em análise, e muito bem elaborado, informa-os que esta mesma convenção em prática há mais de 34 anos, tem no seu caminho ainda um percurso diário desafiante e árduo a realizar. -----

-----Continuou fazendo notar que é um caminho que não compete só a esta Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, trabalhar, mas toda a sociedade tem obrigação também de fazer e contribuir para ajudar em muito estas crianças. -----

-----Assinalou ainda que as crianças não nascem sozinhas e a grande questão é compreender, caracterizar e trabalhar os núcleos familiares destas crianças, que estilos e cultura parental, que qualidade de trabalho têm os pais de destas crianças, que desequilíbrios financeiros e as origens destes desequilíbrios, que estilos comunicacionais praticam, se há familiares doentes crónicos sem acompanhamento, e incumprimento terapêutico.-----

-----Mais reforçou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem feito um reforço imenso a estas famílias no seu papel parental, um reequilíbrio constante social, mas apelou a que se faça um grande foco no trabalho para a saúde mental e que haja uma ligação entre a equipa da Unidade de Saúde Mental do Centro Hospitalar do Oeste e esta comissão, e também que as ações de formação que a comissão desenvolveu durante o ano 2023, tais como conhecer para prevenir melhor os crimes sexuais e o ser pais, que desafios, que sejam realizadas no setor empresarial, onde trabalham muitos pais e mães que muitas vezes não podem se ausentar do trabalho e ir assistir estas ações e englobando o Centro de Emprego que compõem a própria Comissão de Proteção de Menores, para que faça esta articulação. -----

-----Por fim, solicitou ao presidente da Assembleia Municipal que interceda junto do Gabinete de Intervenção do Apoio da Vítima de Violência Doméstica, para que tenham acesso ao relatório anual desse mesmo gabinete, no sentido de ficarem conhecedores desta realidade.-----

-----Seguiu-se uma das representantes na comissão, a *deputada municipal Andreia Caldas* que na senda das palavras da oradora anterior, a quem agradeceu, aproveitou para agradecer também à deputada municipal Ana Fiéis que fez parte durante vários anos e terminou o seu mandato no fim do ano transato, porque em 2023 muito se fez pela sensibilização de todos os que estão em primeira linha e também junto dos pais. -----

-----Pedi também a palavra a *deputada municipal Ana Fiéis* realçando as palavras de agradecimento do presidente da Assembleia, à presidente da CPCJ, porque nunca é demais fazer esse agradecimento, não só à sua presidente, como aos demais elementos que compõem e restrita e a alargada, mas centrando-se acima de tudo na restrita porque, os casos são muitos, cada vez mais, como têm aferido ao longo dos últimos relatórios, com acréscimo significativo a cada ano nas sinalizações, o que é extremamente preocupante, mas para que a comissão possa dar com devido tempo e a devida eficácia resposta, precisam de mais pessoas principalmente na comissão restrita e por isso apelou à Câmara Municipal para que possa dar o seu contributo na captação de pessoal, não só de pessoal mas de todos os meios que possam contribuir para que a comissão restrita possa continuar a fazer um trabalho profícuo.-----

-----Quanto às palavras de agradecimento da colega Andreia, disse que não são para agradecer porque esta matéria é uma preocupação constante, é um trabalho nunca acabado, há sempre muito mais para fazer e, por isso, todos devem focarem-se em passar das palavras às ações, contribuindo, ajudando mais.-----

-----Relativamente às aludidas questões de pessoal da Câmara Municipal a **presidente da Câmara** informou que na comissão têm uma técnica a tempo inteiro, uma a tempo parcial e uma administrativa a tempo inteiro, vão contribuindo como se pode, mas os casos têm aumentado muito.-----

-----A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea j) do art.º 18.º da Lei n.º 147/99, de 1/09, tomou conhecimento do relatório anual de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras:-----

8 - PROPOSTA N.º 6/AM/2024 – APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE 2023: -

-----Relativamente ao relatório dos representantes nas diversas entidades o **presidente da assembleia** manifestou a sua satisfação pelo cargo que ocupa pois todos souberam cumprir essa exigência de entregar no tempos devido a informação relativa à sua participação, e que possibilitou a produção do relatório em apreço, e que vem apenas para conhecimento de todos os deputados porque são de natureza informativa e factual do que se passou em termos das representações.-----

-----Aproveitou para elogiar também o serviço de apoio da Assembleia Municipal, pelo cuidado e disponibilidade para facilitar o cumprimento dos prazos e os ajudar a concretizar estas responsabilidades.-----

-----Lembrou todos os relatórios das comissões agendados nos pontos seguintes, mereceram a aprovação das respetivas comissões.-----

8.1 – PROPOSTA N.º 7/AM/2024 - REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM DIFERENTES ENTIDADES:-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.2 – PROPOSTA N.º 8/AM/2024 - COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E DEMOGRAFIA;-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.3 - PROPOSTA N.º 9/AM/2024 - COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE;-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.4 – PROPOSTA N.º 10/AM/2024 - COMISSÃO PERMANENTE DE SUSTENTABILIDADE: MOBILIDADE, TERRITÓRIO E AMBIENTE;-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.5 – PROPOSTA N.º 11/AM/2024 - COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9 - PROPOSTA N.º 12/AM/2024 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES;-----

Comissão Permanente de Economia e Demografia:-----

-----O *presidente da Comissão, José Manuel Correia* no seguimento da informação que prestou no início da sessão, deu nota que no dia 23 de maio, quinta-feira, 21 horas, neste espaço, terão uma sessão temática da assembleia municipal sobre o tema “Empresas e Emprego em Torres Vedras” e esperam que, em outubro, se consiga fazer uma sobre a escolaridade e demografia, ou seja, “População e Família”.-----

Comissão Permanente de Saúde:-----

-----O *presidente da comissão, Rui Prudêncio*, informou que a comissão identificou uma situação para a qual elaborou e aprovou por unanimidade, uma moção/recomendação que está agendada e seria discutida no ponto 11 intitulada “Vacinação das populações migrantes do concelho de Torres Vedras, dando nota da mesma.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 – PROPOSTA N.º 13/AM/2024 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;--- INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

-----Presente informação em título datada de 23/04/2024, reportada ao período entre 01/02/2024 e 31/03/2024 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.035.499,24 e € 1. 446.931.00 de dívidas a fornecedores.-----

-----Antes de dar a palavra ao plenário, o *presidente da Mesa* lembrou que questões que se coloquem de natureza pontual podem ser de enviadas pontualmente por escrito à mesa, aproveitando para agradecer o cuidado e a celeridade com que o executivo vai respondendo às solicitações, pensando que presentemente todas já tiveram resposta.-----

-----Pedi o uso da palavra o *deputado municipal Artur Narciso*, para fazer notar que muitas ações e procedimentos que autarquia tem, não são devidamente sinalizadas, mas são bastante reveladores do esforço de preservação e divulgação de património ambiental do concelho, e impactantes no futuro, referindo concretamente que o Município de Torres Vedras teve a sua proposta “Plataforma para Ação Climática” aprovada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que visa incentivar a participação sociedade civil em atividades que complementem as ações principais em resposta às mudanças climáticas, com um custo estimado de €35.469,32 e 85% de comparticipação.-----

-----Fez notar ainda que a iniciativa faz parte do esforço da fundação para promover a participação pública e apoiar uma sociedade civil forte em Portugal, alinhado com os compromissos climáticos globais, ou seja, revelador, de todos os procedimentos que têm sido feitos, a favor do ambiente, de que deve ser dado nota. -----

----- Por outro lado, embora comparticipado com outras autarquias vizinhas, destacou que no dia 27/03, o território Geoparque do Oeste foi reconhecido como Geoparque Mundial da UNESCO, chancela que é concedida pela Rede Global de Geoparques e validada pelo Conselho Executivo da UNESCO, integrando os municípios de Torres Vedras, Lourinhã e Bombarral, Cadaval, Peniche, Caldas da Rainha. -----

-----Destacou ainda que o Geoparque do Oeste se constitui como o sexto Geoparque Mundial da UNESCO em Portugal, e um dos mais 200 territórios com estas chancela em todo o mundo, mais um facto revelador do trabalho que tem sido desenvolvido a nível da preservação visando o futuro.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10.1 - PROPOSTA N.º 14/AM/2024 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021);-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal, cujos ofícios abaixo indicados se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas: -----

-----Ofício número 878 de 01/03/2024 – deliberação de 27/02/2024; Ofício número 1143 de 13/03/2024 – deliberação de 12/03/2024; Ofício número 1480, deliberação de 03/04/2024 e ofício número 1848 de 12/04/2024 – deliberação de 09/04/2024. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10.2 - PROPOSTA N.º 15/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021);-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 1146 de 3/03/2024 – deliberação de 12/03/2024:-----
-----Freguesia de Silveira: € 30.000,00 para aquisição de viatura, distribuído por 2024: € 15.000,00 e 2025: € 15.000,00.-----
-----Freguesia de Ventosa: - € 50.000,00 para aquisição de trator para serviço da junta de freguesia, distribuído por 2024: € 25.000,00 e 2025: € 25.000,00. -----
-----União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo: - € 20.000,00 para obras de recuperação e conversão de edifício/adega da junta de freguesia.-----
-----Ofício número 1850 de 12/04/2024 – deliberação de 09/04/2024:-----
-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - Apoio financeiro (1.ª tranche) para requalificação do edifício sede da junta de freguesia, na Carvoeira - no valor de € 25.000,00. -----
-----União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - Apoio financeiro para aquisição de trator com alfaias e limpa bermas para serviço da junta de freguesia, no total de € 86.445,00 e a pagar semestralmente da seguinte forma: 2024: € 32.400,00; 2025: € 43.200,00 e 2026: € 10.845,00.-----
-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - Apoio financeiro para regularização das despesas que não foram consideradas durante o ano de 2023 no valor de € 23.815,37, referente aos 16 funcionários que transitaram da Câmara Municipal que estavam afetos à Limpeza Urbana, no âmbito da transferência de competências do município para a freguesia.-----

11 - PROPOSTA N.º 16/AM/2024 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

VOTO DE PESAR - PADRE JOSÉ MANUEL DA SILVA:-----

-----Faleceu no passado dia 19 de março, o padre José Manuel da Silva, a dois dias de completar 78 anos.-----
-----Nascido a 21 de março de 1946, frequentou os seminários de Santarém (1957-1960), Almada (1960-1964) e dos Olivais (1964-1968) e foi ordenado a 29 de julho de 1974, na Igreja da Graça em Torres Vedras, mas antes ainda como seminarista esteve 5 anos em Nampula, Moçambique, onde desempenhou várias funções, nomeadamente de professor de religião em 4 escolas, secretário do bispo de Nampula e secretário-geral da diocese. -----
-----Entre 1973 e 1975 fez licenciatura em teologia, na Pontifícia Universidade Urbaniana, em Roma. -----
-----Já ordenado presbítero ficou ligado ao jornal Badaladas como colaborador próximo do seu fundador, padre Joaquim Maria de Sousa, então diretor e proprietário, tendo sido diretor adjunto de 1976 a 1986 e diretor de 1986 a 2000, período durante o qual levou a cabo uma profunda reforma na organização deste semanário. -----
-----Foi pároco das paróquias de Torres Vedras e também das de Matacães, Monte Redondo e Runa para além de ter sido vigário paroquial de Torres Vedras, colaborador nas paróquias do

Ramalhal e do Maxial e pároco substituto na Carvoeira e S. Domingos de Carmões.-----

----Também foi colaborar em outros meios de comunicação, colaborou ainda em diversas iniciativas do Departamento da Comunicação e da Cultura do Patriarcado de Lisboa e empenhou-se na vida associativa no concelho de Torres Vedras, o que o levou a estar na fundação de várias associações torrienses.-----

----A nível diocesano, o padre José Manuel da Silva era atualmente o capelão do Lar da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, desde 2003, após ter sido capelão do Hospital do Barro (2002-2011) e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (1985-2019), além de capelão-mor dos Bombeiros Portugueses (1999-2018) e do Centro de Apoio Social de Runa.-----

----Entre 2002 e 2011, o sacerdote foi também coordenador diocesano dos capelães hospitalares.-----

----O padre José Manuel da Silva pertencia ainda à Irmandade de São Pedro do Clero do Patriarcado de Lisboa.-----

----No dia 10 de novembro de 2019, foi distinguido com a medalha de mérito municipal de grau ouro pela Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----Com este voto a Assembleia Municipal de Torres Vedras presta homenagem à sua memória e endereça à família enlutada o seu mais profundo pesar, enaltecendo as suas qualidades humanas, recordando-o pelo seu empenho e dedicação à vida associativa no concelho pois, Torres Vedras perdeu um homem bom, um homem que ao longo da sua vida se dedicou às comunidades das diversas Paróquias onde foi pároco.-----

----Torres Vedras, 29 de abril de 2024-----

----O Presidente da Assembleia Municipal - José Manuel Correia.”-----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento do Padre José Manuel da Silva e observou um minuto de silêncio em sua homenagem.-----

RECOMENDAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO - RUA MARIA DE FÁTIMA NEUPARTH BELCHIOR “TATY”:-----

----O **presidente da Mesa** começou por informar que esta recomendação surgiu no seguimento de pedido feito à Assembleia Municipal por familiares da cidadã, do qual se transcrevem algumas notas:-----

----“Gostaríamos de sugerir a mudança do nome da Rua do Clube de Ténis para Rua Maria da Fátima Neuparth Belchior “Taty”, em honra da memória e legado extraordinário deixado por esta notável cidadã. Maria da Fátima Neuparth Belchior, carinhosamente conhecida como “Taty”, foi uma figura crucial na fundação da Creche do Povo, onde desempenhou um papel vital ao longo

dos anos. A sua dedicação incansável à causa social não se limitou à creche; a Taty foi uma força motriz no Centro Social e Paroquial, contribuindo de forma substancial para o bem-estar e apoio das famílias do nosso concelho.-----

----A importância desta proposta vai para além do reconhecimento de uma cidadã exemplar. A Rua Maria da Fátima Neuparth Belchior “Taty” conecta diretamente estas duas instituições que tanto devem à sua visão e liderança.-----

----Ao renomear esta rua em sua homenagem, estamos a celebrar não apenas a sua vida dedicada ao serviço comunitário, mas também aprofundando o vínculo histórico entre estes locais tão significativos para Torres Vedras. Acreditamos que atribuir o nome de Maria da Fátima Neuparth Belchior à rua que une a Creche do Povo e o Centro Social e Paroquial é uma forma justa e tocante de preservar a memória de uma mulher cujo impacto perdurará por gerações.” -----

----Antes de a palavra a plenário o **presidente da mesa** lembrou que a toponímia é competência da câmara municipal, e que a rua já tem nome, o que pode levar a alguns constrangimentos, mas se não puder ser ali, que a câmara possa numa qualquer altura encontrar um local que faça perdurar e honrar o nome de uma cidadã exemplar do concelho, propondo que se aprove esta recomendação, que se for aprovada, fará chegar à Câmara Municipal no sentido de concretizar o pedido em honra da memória da Taty.-----

----O *deputado municipal* **António João Bastos** disse que seria interessante que o topónimo fosse junto à Creche do Povo, pelas ligações que teve com a “Taty”, e compreendendo o problema que poderá suscitar, sugeriu para o efeito a rua onde estão a ser construídos prédios, no seguimento da Rua da Creche do Povo. -----

----Secundando as palavras do presidente da Assembleia o *deputado municipal* **Rui Prudêncio** defendeu que o PS, concorda e apoia inscrição na toponímia da cidade, podendo ser aquele local, mas não sendo, que a câmara encontre depois uma rua, um espaço que possa, de alguma forma, homenagear todo o trabalho voluntário desta conterrânea. -----

----O *deputado municipal* **Jorge Santos** assinalou que também pela parte do UTV, afigura-lhes que é perfeitamente justo esta pretensão de alteração do nome, que neste caso coexiste com os eventuais inconvenientes que podem resultar da alteração da toponímia, relativamente a empresas e a pessoas singulares, lembrando o facto de muitas vezes também haver alteração na numeração nas próprias ruas, que implicam alterações, pelo que não lhe parece ser uma questão da maior dificuldade.-----

----Findas as intervenções a Assembleia Municipal passou à votação e nesse sentido deliberou por unanimidade aprovar uma recomendação à Câmara Municipal para atribuição de topónimo - Rua Maria de Fátima Neuparth Belchior “Taty” - à rua que une a Creche do Povo ao Centro Social e Paroquial ou em caso de ser impossível de concretizar, noutra artéria nesta zona da cidade. -----

MOÇÃO – UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR ARCOS DE MURTA:-----

-----O **presidente da Mesa** informou que recebeu por parte da Comissão de Defesa dos Utentes do Maxial uma carta sobre um assunto que achou que não podia ser de forma alguma protelado, onde lhe é solicitado, por causa da alteração de governo, que a esta assembleia faça chegar aos novos responsáveis políticos a demonstração da solidariedade e empenho pelos anseios e pelos direitos dos habitantes da Freguesia do Maxial e Monte Redondo, algo que considera que esta assembleia deve reiterar e deve afirmar.-----

-----Fez notar ainda que a carta que foi enviada, e que deu a conhecer a todos os deputados, não é de avaliação, até porque solicita que se aprove uma moção, mas não enviaram nenhuma moção, tendo decidido, com base na carta, elaborar um documento, necessitando de 2/3 da assembleia para admitir a moção à discussão para depois poderem apreciar e votar.-----

-----Tendo obtido a anuência de todos os presentes, deu a conhecer ao plenário o conteúdo da moção que colocou à discussão:-----

-----O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes** observou que só o presidente da Assembleia é que poderia avançar com uma moção fora do tempo regimental, tendo ficado surpreendido, mas satisfeito por ter alocado nele próprio fazer uma moção. Revê-se na iniciativa e mostrou-se contente que a terminologia usada na carta, tenha sido devidamente suavizada, porque nesta fase de alteração governamental não fazia sentido.-----

-----Na senda do que o orador anterior disse, o *deputado municipal* **Rui Prudêncio** lembrou que que quando tiveram acesso à aludida documentação já não havia tempo útil para se poder apresentar um documento, e o PS concorda com a solução encontrada para que o tema continue atual, continue em cima da mesa, ainda para mais com novos protagonistas, reforçando deste modo aquilo que são as pretensões das populações, com o qual se solidarizam inteiramente, se revêm inteiramente e como todos querem que a saúde seja, de fácil acesso a todos, naqueles locais não está a ser e devem apelar às entidades superiores para que, de alguma forma possam intervir nesse processo.-----

-----Relativamente ao texto que foi lido, vai ao encontro daquilo que são as ideias do PS sobre o tema pelo que tem o voto favorável desta força política.-----

-----Quanto ao apresentar uma moção o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** disse que também se sentiu tentado e ainda começou a escrever, quando depois viu que já não tinha tempo de o fazer.-----

-----Assim, interveio para dizer que o PCP se revê no texto apresentado pelo presidente da Assembleia, pois apoiam totalmente a luta da população do Maxial em defesa do seu polo, com serviços efetivos de saúde, porque aquilo que se está a passar é que efetivamente, continua aberto por mera pró-forma porque na prática, só em 2 períodos há consultas para os diabéticos e

a restante população, mesmo sem transporte coletivo, tem de ir para o Ramalhal, pelo que subscrevem também a moção. -----

-----O *deputado municipal Jorge Santos*, disse que o UTV apoia o texto gizado pelo presidente da Assembleia para ultrapassar a situação criada e também apoiam as legítimas aspirações no domínio da saúde das populações de Maxial e Monte Redondo. Defendem a criação das unidades de saúde familiar, como defendem a criação das extensões que as unidades saúde familiar definirem como prioridade para funcionamento, no entanto, caso não tivesse sido esta, a saída encontrada, independentemente de apoiarem a posição, não apoiariam o texto pela adjetivação contida, pela referência expressa a algumas das pessoas individuais e algumas das instituições, ressaltando, que a atividade política não é uma atividade de inimigos, é uma atividade em que podem ser adversários, podem estar a contraditar ideias, mas isso não pode dar lugar a ofensa pessoal.-----

-----O **presidente da Assembleia** disse que não conseguia estar mais de acordo com o deputado Jorge Santos, defendendo que nunca assinará um documento que meta em causa o bom nome, ou dignidade, ou a idoneidade, de quem quer que seja. -----

-----Percebe o fervor e alguma angústia que as pessoas abarcam quando as coisas não acontecem como devem ser, e que os leva a um extravasar, mas esta é a casa da Assembleia Municipal, uma instituição em que se exige civilidade e urbanidade.-----

-----Posto isto e antes de colocar à votação a moção, agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, reafirmando que não podia deixar que este assunto morresse, pois, a Assembleia Municipal tem que estar sempre alinhada e ao mesmo tempo dar os apoios necessários. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a moção que abaixo se transcreve e remetê-la à Câmara Municipal, ao Gabinete da Ministra da saúde e ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Oeste. -----

-----“Vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras, junto da Sra. Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, e da Sra. Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Oeste, Elsa Baião, reiterar, mais uma vez, a solidariedade, compreensão e apoio desta Assembleia aos anseios e direitos dos habitantes da União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo e da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, requerendo que a Unidade de Saúde Familiar Arcos de Murta deve ser um Serviço cujo funcionamento obedeça à letra e espírito da lei, aos recursos disponíveis que lá existem e às instruções superiores.-----

-----Torres Vedras, 29 de abril de 2024.” -----

RECOMENDAÇÃO – VACINAÇÃO DAS POPULAÇÕES MIGRANTES DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----“A semana europeia da Vacinação decorre entre 24 e 30 de abril do presente ano. Promovida

pela OMS (Organização Mundial da Saúde) tem o fim de reforçar a importância do acesso equitativo e alargado à vacinação.-----

-----Vários eventos foram realizados pelas instituições da área, tais como a Apifarma e a DGS, onde foram apresentados os últimos resultados do PNV (Plano Nacional de Vacinação) e ainda os dados da Vacinação Sazonal (contra a gripe e a covid 19) obtidos até fim de março de 2024.-----

-----Foi referido que Portugal mantém taxas de vacinação elevadas no PNV, atingindo ou ultrapassando em geral, a meta dos 95% de cobertura vacinal, na maioria das patologias.-----

-----Porém, embora Portugal tenha alcançado dados muito favoráveis a uma imunização efetiva, é necessário mantê-los, dado as eventuais ameaças que deveremos não só identificar como prevenir.-----

-----O Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) alertou já para o aumento de doenças evitáveis por vacinação, tais como o Sarampo e a Tosse Convulsa, defendendo serem “essenciais esforços contínuos para identificar lacunas de imunidade na população”. Dentro destas lacunas, referiu a necessidade de não se deixar ninguém para trás especialmente populações vulneráveis e desfavorecidas, como refugiados, migrantes e outros grupos.-----

-----Considerando que os imigrantes são parte necessária ao nosso desenvolvimento económico e social é fundamental fazermos a integração social destas populações por forma a termos uma comunidade integradora e socialmente justa.-----

-----Assim, e dado a percentagem elevada de população migrante no nosso território, oriunda de lugares sem PNV ou adaptado a outras doenças, a Comissão Permanente de Saúde, de forma unanime, recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Torres Vedras:-----

-----1.Promova a elaboração de um protocolo de ação entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e a ULS Oeste, tendo como objetivo a vacinação de todos os migrantes que não tenham acompanhamento regular pelas entidades de saúde, contra as doenças que a Direção Geral de Saúde identifique como as mais pertinentes para estas populações.-----

-----2.Este protocolo deverá ter na sua redação os meios necessários, de cada uma das entidades, para atingir os objetivos propostos, assim como a definição das ações que serão competência de cada uma das entidades e por fim uma calendarização das respetivas ações.-----

-----3.A execução do respetivo protocolo será objeto de acompanhamento de forma periódica por parte da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, que dará nota dessa execução ao plenário.-----

-----Consideramos ainda que o tempo útil de execução previsto para esta ação, seria depois do período de férias de 2024, para se alcançar a tal grande cobertura vacinal, diminuindo a probabilidade do aparecimento de doenças nesta comunidade específica que se encontra a descoberto por razões várias (atraso na atribuição de vistos de residência ou trabalho, diferenças

culturais, inacessibilidade à saúde, entre outras.)-----

----A Comissão Permanente de Saúde.-----

----25-04-2024”-----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* interveio para contextualizar o documento, que tinha já apresentado no ponto 9 da ordem de trabalhos, explicando que com a transição do sistema do SEF para a nova agência que é AIMA, está a acontecer que está muito atrasada a atribuição de documentos que permitem que as populações migrantes tenham acesso aos cuidados de saúde, que só é disponibilizada quando recebem autorização permanente de residência. -----

----Esse processo está a demorar nalguns casos, até 2 anos, estas populações não têm sequer direito a ir ao médico, sendo a única porta, em termos de serviços de saúde, as urgências do hospital, mas em sede de urgência, não são seguidas naquilo que são as suas preocupações de saúde diárias e normais.-----

----Deu nota ainda que, porque o concelho tem bastantes imigrantes também a aguardar essa documentação, e fazendo uma sinergia entre as competências da Câmara Municipal na promoção da saúde e naquilo que são os seus recursos, ou seja, ter acesso a essa população e podem tê-la através dos serviços sociais, do gabinete das empresas, podendo de alguma forma, fazer o rastreio, ou um recenseamento desta população e depois num protocolo com a ULS para terem acesso à vacinação. -----

----Reforçou que a vacinação é o primeiro passo para o controlo de doenças desta população e identificada esta questão, a comissão decidiu fazer esta proposta esta recomendação à Câmara Municipal,-----

----Disse ainda que sede de Assembleia Intermunicipal também irá, de alguma forma, sensibilizar todos os municípios para que isto aconteça, não no sentido do protocolo, porque nesse caso, serão diretamente as entidades de saúde nacionais a irem para o terreno, mas, para conhecimento das entidades nacionais de que é um problema para o qual até as câmaras municipais devem estar disponíveis. -----

----Não se registou mais intervenções, passando-se de imediato à votação. -----

----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a recomendação em título e remetê-la à Câmara Municipal de Torres Vedras, ao Gabinete da Ministra da Saúde e ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Oeste.-----

----Antes de dar por encerrados os trabalhos o **presidente da assembleia** felicitou todos os membros pela excelente imagem que deram aos estudantes que estiveram presentes esperando que os tenham cativado para atividade política, pela disciplina e pelo cuidado que embutiram nos trabalhos. Deu nota ainda que na semana após a sessão temática deverão ter uma sessão extraordinária, por solicitação da câmara relativamente às questões orçamentais associadas à

alteração da orgânica.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.45h o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
